



2017

RELATÓRIO ANUAL
DE INFORMAÇÕES



SERPROS

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4 -5
2. ASPECTOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA	6
3. GESTÃO CONTÁBIL	9
4. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	85
5. PARECER ATUARIAL	98
6. HIPÓTESES ATUARIAIS	117

1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, o Serpros apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI) de 2017.

O ano de 2017 caracteriza-se pela existência de dois períodos claramente distintos, já que durante todo o primeiro semestre e o início do segundo semestre o Serpros esteve sob intervenção do órgão fiscalizador (Previc), somente retornando a sua operação normal em 17 de agosto, com a devida recomposição dos Conselhos Deliberativo (CDE) e Fiscal (COF), bem como da nova Diretoria Executiva da Instituição. A partir da investidura dos novos dirigentes, toda a organização concentrou seus esforços no sentido de traçar planos com o objetivo de recuperar a imagem, a confiança e a credibilidade da Instituição.

Já no início de sua gestão, os dirigentes da Entidade dedicaram significativa parte do seu tempo de atuação, na elaboração de diretrizes que embasaram a realização de um processo de Planejamento Estratégico, sendo este posteriormente desdobrado em Planos de ação a serem executados no decorrer de 2018. Cabe ressaltar que todas as diretrizes do CDE e, por consequência, todos os Planos de Ação, estão em absoluta consonância com as recomendações apresentadas pelo Interventor da Previc, nos Relatórios finais das intervenções de 2015 e de 2016.

Neste sentido, a elaboração do Planejamento Estratégico e o posterior desdobramento dos objetivos traçados em Planos de Ação a serem implementados no decorrer do biênio 2018-2019, representam a consolidação da luta para reconstruir o SERPROS e assegurar aos

participantes e assistidos, que depositaram na instituição a confiança de, num presente seguro e tranquilo, constituir uma poupança que lhes assegure o recebimento de benefício previdenciário para si e para sua família, em conformidade com o prometido e contratado no momento da adesão a um dos Planos de Benefícios da Instituição.

No exercício de 2017, a rentabilidade dos Planos de Benefícios, administrados pelo Serpros apresentaram um resultado abaixo do esperado para o período, em função do lançamento de provisões de perdas parciais e totais em investimentos realizados por gestões anteriores, todos estes classificados como “Investimentos em Alerta”, conforme foi amplamente divulgado a todos os participantes ativos e assistidos ao longo do ano. Registra-se ainda que ações foram adotadas na esfera judicial, o que objetiva possibilitar a busca e a recuperação de ativos que constituíam e, se recuperados, voltarão a constituir os recursos que irão garantir a manutenção e a concessão de benefícios previdenciários aos participantes dos Planos geridos pelo Serpros.

Desta forma, o principal destaque do ano de 2017, mais precisamente a partir da posse dos novos dirigentes que sucederam a última intervenção foi a implementação de ações para tentar minimizar os danos causados pelas perdas já lançadas, bem como das prováveis perdas que ainda poderão advir em razão dos investimentos contratados em gestões anteriores que não estão apresentando o retorno prometido no momento da aplicação dos recursos.

Os órgãos responsáveis pela governança do Serpros têm para os próximos anos, o objetivo de recuperar a credibilidade e a confiança dos participantes ativos e assistidos nos resultados de seus esforços de poupança para garantir um presente seguro e um futuro tranquilo, através de investimentos que passam a ser realizados obedecendo um novo e rigoroso processo de validação no âmbito do Comitê de Aplicações, da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, quando for o caso, para tal, serão adotadas as melhores práticas do mercado de investimentos, de governança, tudo isso balizado pelo estrito cumprimento das leis e regulamentos que serão garantidos por severo processo de compliance das operações de investimentos.

2. ASPECTOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 GESTÃO DE CONTROLES INTERNOS

2.1.1 EVENTOS SUBSEQUENTES

2.1 GESTÃO DE CONTROLES INTERNOS

Com a nova gestão, após a intervenção, a partir de agosto de 2017, teve início o projeto de implantação do Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais. No mês de novembro de 2017, sob a coordenação da Gerência de Controles Internos (Gecon), foi lançado o projeto de implantação do Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais, que teve início com o treinamento dos gestores e pontos focais de cada unidade administrativa do Fundo.

A nova Diretoria, comprometida com o objetivo de reconstruir a entidade e com foco na gestão baseada em riscos, identificará, avaliará e tratará as situações críticas corporativas, como passo inicial para a criação da cultura de controles internos e riscos na Instituição.

O planejamento dividido em ondas sucessivas foi a forma definida para o desenvolvimento desse projeto. A Onda 1 contempla a área de Investimento, responsável por gerir o patrimônio de cerca de R\$ 5,5 bilhões, e a área Jurídica incumbida de ações judiciais da ordem de R\$ 664 milhões. As demais ondas abordarão a Diretoria de Seguridade e áreas subordinadas à Presidência.

Os trabalhos da Gecon vêm sendo feitos em parceria com as unidades de negócio, alinhados com a Missão do Serpros. O projeto abrange o mapeamento dos processos, a identificação e mensuração dos riscos corporativos, a avaliação dos controles internos, a elaboração de planos de ação e a execução de testes de controle. Os resultados dessa iniciativa serão reportados no Relatório de Identificação, Tratamento e Monitoramento de Riscos, no final do ciclo de avaliação.

2.1.1 Eventos Subsequentes

Foi apresentado na reunião do Conselho Fiscal (JAN/2018) pela DP/Gecon e Consultoria contratada, o Sistema de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos do Serpros, incluindo cronograma e situação atual da implantação, em anexo, conforme registro na **ATA nº 01/18 – Reunião Ordinária do Conselho Fiscal**.

A Gecon em parceria com as unidades administrativas concluiu:

- Definição da estrutura de Macroprocessos, Processos e Subprocessos da Gerência de Investimento (Gerin), Gerência de Governança de Investimento (Gegoi) e Gerência Jurídica (Gejur).

- Mapeamento dos Processos da Gerin e Gegoi.
- Identificação e Mensuração dos riscos nos Subprocessos da Gerin e Gegoi.
- Matriz de Riscos Originais da Gerin e Gegoi.
- Em andamento o mapeamento dos Subprocessos da Gejur.
- A partir de março de 2018, a entidade teve acesso a um novo sistema para monitorar o cumprimento das obrigações institucionais das suas respectivas áreas. O sistema entra em vigor no dia 1º/3/2018.

No sistema, já liberado para acesso e testes, o usuário pode visualizar seus planos de ação de obrigações institucionais, bem como as fases (etapas) abertas, para que possam dar a baixa. A ferramenta suporta todas as atividades das áreas de gestão de riscos e controles internos e permite o acompanhamento dos planos de ação, análise e controle da situação de conformidade da organização, o que facilita o desenvolvimento e a melhoria contínua dos processos de gestão de riscos corporativos e de controles internos da entidade.

3. GESTÃO CONTÁBIL

- 3.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 3.2 DMPS CONSOLIDADO
- 3.3 DMAL
- 3.4 DAL
- 3.5 DPGA
- 3.6 DPT
- 3.7 NOTAS EXPLICATIVAS
- 3.8 PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE
- 3.9 PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 3.10 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil

CONSOLIDADO

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016		
DISPONÍVEL	5	173	2.099	EXIGÍVEL OPERACIONAL	10	75.193	72.882
				Gestão Previdencial		65.901	66.273
REALIZÁVEL	5.500.023	5.436.403		Gestão Administrativa	2.149	1.964	
Gestão Previdencial	6	25.138	34.068	Investimentos		7.143	4.645
Gestão Administrativa	7	901	1.591				
Investimentos	8	5.473.984	5.400.744	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11.2	13.998	25.836
Fundos de Investimento	8.2	5.171.319	5.095.946	Gestão Previdencial		11.985	23.824
Investimentos Imobiliários	8.3	77.726	78.285	Gestão Administrativa		61	61
Empréstimos e Financiamentos	8.4	51.453	53.227	Investimentos		1.952	1.951
Depósitos Judiciais / Recursais	8.5	214	19				
Outros Realizáveis	8.6	173.272	173.267	PATRIMÔNIO SOCIAL		5.426.479	5.356.264
				Patrimônio de Cobertura do Plano		5.127.420	5.070.941
PERMANENTE	9	15.474	16.480	Provisões Matemáticas	12	4.973.459	4.792.488
Imobilizado		14.866	15.373	Benefícios Concedidos		2.301.199	2.000.820
Intangível		608	1.107	Benefícios a Conceder		2.781.424	2.900.851
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		-109.164	-109.183
				Equilíbrio Técnico	13	153.961	278.453
				Resultados Realizados		153.961	278.453
				Superávit Técnico Acumulado		153.961	278.453
				Fundos	14	299.059	285.323
				Fundos Previdenciais		189.274	179.276
				Fundos Administrativos		103.557	100.641
				Fundos dos Investimentos		6.228	5.406
TOTAL DO ATIVO	5.515.670	5.454.982	TOTAL DO PASSIVO	5.515.670	5.454.982		

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

3.2 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS (CONSOLIDADA)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS) EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil			
CONSOLIDADO			
	31/12/2017	31/12/2016	Variação no Exercício (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	5.356.264	4.868.768	10
1. Adições	572.837	908.119	-37
(+) Contribuições Previdenciais	325.789	309.169	5
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	207.191	562.181	-63
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	11.839	-	-
(+) Receitas Administrativas	16.748	22.388	-25
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	10.448	13.399	-22
(+) Constituição de Fundos de Investimento	822	982	-16
2. Destinações	-502.621	-420.623	19
(-) Benefícios	-478.341	-393.655	22
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-2.775	-100
(-) Despesas Administrativas	-24.280	-24.193	0
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	70.216	487.496	-86
(+/-) Provisões Matemáticas	180.971	359.799	-50
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-124.491	95.387	-231
(+/-) Fundos Previdenciais	9.998	19.734	-49
(+/-) Fundos Administrativos	2.916	11.594	-75
(+/-) Fundos dos Investimentos	822	982	-16
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	5.426.480	5.356.264	1

*As rubricas com saldos nulos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

3.3 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL (POR PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIAL)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil PLANO BD - PS-I (CNPB 1980001618)			
DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação Exercício (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.045.494	1.895.817	8
1. Adições	161.857	277.030	-42
(+) Contribuições	38.654	36.431	6
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	123.203	240.599	-49
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	0
2. Destinações	-148.261	-127.353	16
(-) Benefícios	-147.029	-126.363	16
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-87	-37	135
(-) Custeio Administrativo	-1.145	-953	20
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	13.596	149.677	-91
(+/-) Provisões Matemáticas	85.881	97.426	-12
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-72.285	52.251	-238
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.059.090	2.045.494	1
C) Fundos não previdenciais	49.245	48.828	1
(+/-) Fundos Administrativos	45.638	45.701	0
(+/-) Fundos dos Investimentos	3.607	3.127	15

*As rubricas com saldos nulos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil
PLANO BD - PS-II (CNPB 1998007774)**

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação Exercício (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.238.685	1.054.738	17
1. Adições	174.054	248.655	-30
(+) Contribuições	153.757	124.104	24
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.371	124.551	-93
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	11.926		0
2. Destinações	-76.504	-64.708	18
(-) Benefícios	-75.415	-60.816	24
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	-2.738	-100
(-) Custeio Administrativo	-1.089	-1.154	-6
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	97.550	183.947	-47
(+/-) Provisões Matemáticas	142.861	124.082	15
(+/-) Fundos Previdenciais	6.895	16.729	-59
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-52.206	43.136	-221
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.336.235	1.238.685	8
C) Fundos não previdenciais	17.526	14.845	18
(+/-) Fundos Administrativos	17.314	14.684	18
(+/-) Fundos dos Investimentos	212	161	32

*As rubricas com saldos nulos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil

PLANO CD - PS-II (CNPB 1998007774)

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação Exercício (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.966.038	1.824.741	8
1. Adições	216.364	353.342	-39
(+) Contribuições	140.747	156.311	-10
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	75.617	197.031	-62
2. Destinações	-261.033	-212.045	23
(-) Benefícios	-255.898	-206.475	24
(-) Custeio Administrativo	-5.135	-5.570	-8
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-44.669	141.297	-132
(+/-) Provisões Matemáticas	-47.772	138.291	-135
(+/-) Fundos Previdenciais	3.103	3.006	3
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.921.369	1.966.038	-2
C) Fundos não previdenciais	43.014	42.375	2
(+/-) Fundos Administrativos	40.605	40.257	1
(+/-) Fundos dos Investimentos	2.409	2.118	14

*As rubricas com saldos nulos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

3.4 DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL (POR PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIAL)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil			
PLANO BD - PS-I (CNPB 1980001618)			
DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Varição (%)
1. Ativos	2.117.452	2.101.599	1
Disponível	42	329	-87
Recebível	49.751	52.262	-5
Investimento	2.067.659	2.049.008	1
Fundos de Investimento	1.893.763	1.873.745	1
Investimentos Imobiliários	49.127	49.477	-1
Empréstimos e Financiamentos	23.837	24.911	-4
Depósitos Judiciais / Recursais	58	4	1.350
Outros Realizáveis	100.874	100.871	0
2. Obrigações	9.117	7.277	25
Operacional	6.037	4.285	41
Contingencial	3.080	2.992	3
3. Fundos não Previdenciais	49.245	48.828	1
Fundos Administrativos	45.638	45.701	-0
Fundos dos Investimentos	3.607	3.127	15
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.059.090	2.045.494	1
Provisões Matemáticas	2.221.489	2.135.608	4
Superávit/Déficit Técnico	-162.399	-90.114	80
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	-162.399	-90.114	80
b) (+/-) Ajuste de Precificação	27.979	20.249	38
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-134.420	-69.865	92

*As rubricas com saldos nulos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil

PLANO BD - PS-II (CNPB 1998007774)

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Varição (%)
1. Ativos	1.378.306	1.289.609	7
Disponível	15	266	-94
Recebível	29.628	26.541	12
Investimento	1.348.663	1.262.802	7
Fundos de Investimento	1.326.353	1.240.734	7
Investimentos Imobiliários	5.674	5.715	-1
Empréstimos e Financiamentos	2.140	1.914	12
Depósitos Judiciais / Recursais	57	0	0
Outros Realizáveis	14.439	14.439	0
2. Obrigações	24.545	36.079	-32
Operacional	14.241	13.849	3
Contingencial	10.304	22.230	-54
3. Fundos não Previdenciais	17.526	14.845	18
Fundos Administrativos	17.314	14.684	18
Fundos dos Investimentos	212	161	32
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.336.235	1.238.685	8
Provisões Matemáticas	848.562	705.701	20
Superávit/Déficit Técnico	316.360	368.566	-14
Fundos Previdenciais	171.313	164.418	4
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	316.360	368.566	-14
b) (+/-) Ajuste de Precificação	16.900	17.604	-4
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	333.260	386.170	-14

*As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil

PLANO CD - PS-II (CNPB 1998007774)

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
1. Ativos	2.019.626	2.063.322	-2
Disponível	68	1.425	-95
Recebível	51.126	57.363	-11
Investimento	1.968.432	2.004.534	-2
Fundos de Investimento	1.861.961	1.897.058	-2
Investimentos Imobiliários	22.925	23.094	-1
Empréstimos e Financiamentos	25.476	26.403	-4
Depósitos Judiciais / Recursais	99	14	607
Outros Realizáveis	57.971	57.965	0
2. Obrigações	55.243	54.909	1
Operacional	54.690	54.356	1
Contingencial	553	553	0
3. Fundos não Previdenciais	43.014	42.375	2
Fundos Administrativos	40.605	40.257	1
Fundos dos Investimentos	2.409	2.118	14
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.921.369	1.966.038	-2
Provisões Matemáticas	1.903.408	1.951.180	-2
Fundos Previdenciais	17.961	14.858	21

*As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

3.5 DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA (CONSOLIDADA)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA) EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil			
CONSOLIDADA			
DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	100.641	89.047	13
1. Custeio da Gestão Administrativa	27.196	35.787	-24
1.1 Receitas	27.196	35.787	-24
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7.369	7.677	-4
Custeio Administrativo dos Investimentos	8.119	8.004	1
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.234	1.206	2
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	10.448	13.399	-22
Outras Receitas	26	5.501	-100
2. Despesas Administrativas	(24.280)	(24.193)	0
2.1 Administração Previdencial	(11.388)	(11.082)	3
Pessoal e Encargos	(7.117)	(6.787)	5
Treinamentos / congressos e seminários	(120)	(176)	-32
Viagens e estadias	(178)	(172)	3
Serviços de terceiros	(1.794)	(1.582)	13
Despesas gerais	(584)	(628)	-7
Depreciações e amortizações	(675)	(683)	-1
Tributos	(920)	(1.054)	-13
2.2 Administração dos Investimentos	(12.102)	(12.034)	1
Pessoal e encargos	(7.722)	(7.426)	4
Treinamentos / congressos e seminários	(151)	(178)	-15
Viagens e estadia	(235)	(200)	18
Serviços de terceiros	(2.049)	(2.083)	-2
Despesas Gerais	(550)	(620)	-11
Depreciações e amortizações	(475)	(472)	1
Tributos	(920)	(1.055)	-13
2.4 Outras Despesas	(790)	(1.077)	-27
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	2.916	11.594	-75
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	2.916	11.594	-75
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	103.557	100.641	3

*As rubricas com saldos nulos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

3.6 DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – DPT (POR PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIAL)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil			
PLANO BD - PS-I (CNPB 1980001618)			
DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.071.814	2.055.899	1
1. Provisões Matemáticas	2.221.489	2.135.609	4
1.1. Benefícios Concedidos	1.543.057	1.375.665	12
Benefício Definido	1.543.057	1.375.665	12
1.2. Benefício a Conceder	787.596	869.127	-9
Benefício Definido	787.596	869.127	-9
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-109.164	-109.183	-0
(-) Déficit equacionado	-109.164	-109.183	-0
(-) Patrocinador(es)	-54.582	-54.592	-0
(-) Participantes	-21.374	-24.704	-13
(-) Assistidos	-33.208	-29.887	11
2. Equilíbrio Técnico	-162.399	-90.114	80
2.1. Resultados Realizados	-162.399	-90.114	80
(-) Déficit técnico acumulado	-162.399	-90.114	80
3. Fundos	3.607	3.127	15
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	3.607	3.127	15
4. Exigível Operacional	6.037	4.285	41
4.1. Gestão Previdencial	1.840	1.647	12
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4.197	2.638	59
5. Exigível Contingencial	3.080	2.992	3
5.1. Gestão Previdencial	1.821	1.734	5
5.2. Investimentos – Gestão Previdencial	1.259	1.258	0

*As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil

PLANO BD - PS-II (CNPB 1998007774)

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.360.992	1.274.925	7
1. Provisões Matemáticas	848.562	705.701	20
1.1. Benefícios Concedidos	758.142	625.155	21
Benefício Definido	758.142	625.155	21
1.2. Benefício a Conceder	90.420	80.546	12
Benefício Definido	90.420	80.546	12
2. Equilíbrio Técnico	316.360	368.567	-14
2.1. Resultados Realizados	316.360	368.567	-14
Superávit técnico acumulado	316.360	368.567	-14
Reserva de contingência	191.520	158.783	21
Reserva para revisão de plano	124.840	209.784	-40
3. Fundos	171.525	164.578	4
3.1. Fundos Previdenciais	171.313	164.417	4
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	212	161	32
4. Exigível Operacional	14.241	13.849	3
4.1. Gestão Previdencial	13.650	13.429	2
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	591	420	41
5. Exigível Contingencial	10.304	22.230	-54
5.1. Gestão Previdencial	10.164	22.090	-54
5.2. Investimentos – Gestão Previdencial	140	140	0

*As rubricas com saldos nulos em ambos os períodos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2017 - Em Reais Mil

PLANO CD - PS-II (CNPB 1998007774)

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.979.021	2.023.064	-2
1. Provisões Matemáticas	1.903.408	1.951.179	-2
1.2. Benefício a Conceder	1.903.408	1.951.179	-2
Contribuição Definida	1.903.408	1.951.179	-2
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	583.640	549.405	6
Saldo de contas - parcela participantes	1.319.768	1.401.774	-6
3. Fundos	20.370	16.977	20
3.1. Fundos Previdenciais	17.961	14.859	21
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	2.409	2.118	14
4. Exigível Operacional	54.690	54.355	1
4.1. Gestão Previdencial	52.222	52.653	-1
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.468	1.702	45
5. Exigível Contingencial	553	553	0
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	553	553	0

*As rubricas com saldos nulos foram suprimidas
As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis*

3.7 NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

O Serpros Fundo Multipatrocinado, criado em outubro de 1977, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de personalidade jurídica de direito privado, patrocinado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e pelo próprio Serpros, com a finalidade de prover planos de previdência complementar para os empregados das patrocinadoras, conforme disposto em seu Estatuto, nos regulamentos dos planos de benefícios e na legislação vigente.

Os recursos de que a fundação dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas Patrocinadoras que firmaram convênios de adesão com os Planos, de seus Participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer aos normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN).

No dia 17 de agosto de 2017 foi encerrada a intervenção no Serpros pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O fim da intervenção e a dispensa do Sr. Walter de Carvalho Parente da função de interventor foram publicadas no Diário Oficial da União no dia 26 de setembro de 2017, por meio das Portarias Previc números 920 e 921, de 20 de setembro de 2017, ambas produzindo efeitos a contar de 17 de agosto de 2017. Em vista desses fatos, novos administradores assumiram a gestão da entidade.

2. Planos Administrados

2.1. O Plano Serpro I (PS-I), de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujos benefícios têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da Previc sob o nº 1980001618. Este Plano está fechado a novas adesões desde 1996, com posterior implantação do Plano Serpro II (PS-II) e opção de migração. Em 1º de abril de 2013 foi saldado.

Os benefícios do PS-I são avaliados pelo regime financeiro de capitalização e a metodologia utilizada pautou-se no método do Prêmio Nivelado Coletivo, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e norma vigentes.

Desde o saldamento do plano não há mais adoção de premissa de crescimento salarial e não é aplicado ao participante ativo a contribuição normal, somente contribuição extraordinária. O participante detentor do Benefício Proporcional Acumulado (BPA) cessou as suas contribuições normais ao plano até o início do recebimento do BPA. A partir do início do recebimento do benefício, o participante efetuará as contribuições previstas no regulamento na mesma proporção dos assistidos.

2.2. O Plano SERPRO II (PS-II BD e PS-II CD), de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de Contribuição Definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios, e possui as Provisões Matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da Previc sob o nº 1998007774.

A metodologia utilizada na avaliação do plano PS-II, em sua parcela de Benefício Definido, pautou-se no método do Prêmio Nivelado Coletivo, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e normas vigentes. Com relação à parcela de contribuição definida, a metodologia utilizada é a de capitalização individual, que é a metodologia aplicável aos planos dessa modalidade.

2.3. O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é um plano que tem a finalidade de registrar as atividades inerentes a Gestão Administrativa da entidade, em conformidade com seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade do Serpros.

O patrimônio do PGA é constituído por recursos provenientes de receitas previdenciais, de investimento e diretas, conforme fontes de custeio aprovadas anualmente, resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos Planos.

As receitas e despesas são apuradas conforme os seguintes critérios:

- **Receitas:** as receitas administrativas da entidade são debitadas dos planos previdenciais e do próprio Fundo Administrativo.
- **Despesas específicas:** gastos atribuídos diretamente ao Plano de Benefícios que as originou.
- **Despesas comuns:** gastos atribuídos ao conjunto de Planos de Benefícios, sendo que, são rateados pela proporção de cada patrimônio.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no regulamento do PGA em conformidade com a Resolução CGPC N° 29, de 31 de agosto de 2009 e são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo (CDE).

2.4. Dados Previdenciários – Estatística de participantes, assistidos e dependentes

O Serpros possuía em 31 de dezembro de 2017 a seguinte quantidade de participantes:

Plano SERPRO I – PSI	Plano SERPRO II – PSII
Saldados: 2.233	Ativos: Incluindo Migrados: 5.584
Autopatrocinaados: 19	Ativos: Oriundos do PS-I Saldado: 1.823
Auxílio Doença/Acidente de Trabalho: 9	Autopatrocinaados: 28
Aposentadoria programada: 2.696	Auxílio Doença: 37
Invalidez: 443	Aposentadoria programada: 458
Pensão por Morte: 621	Invalidez: 76
Pecúlio por Morte: 38	Pensão por Morte: 100
Beneficiários de Pensão: 708	Pecúlio por Morte: 20
Total Dependentes: 10.877	Beneficiários de Pensão: 140
	Total Dependentes: 13.787

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e diretrizes contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), em atendimento especificamente à Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/Previc nº 5, de 08 de setembro de 2011, pela Instrução Previc/DC nº 6, de 13 de novembro de 2013, pela Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e pela Instrução Normativa MTPS/Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e de outros normativos do sistema de previdência complementar posteriores.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa, e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiantes e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

As Demonstrações Contábeis da entidade são apresentadas consolidada e na forma de segregação por Plano de Benefícios e PGA, conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações, as EFPC apresentam os seguintes demonstrativos contábeis, comparativos ao exercício anterior..

- **Balanco Patrimonial** (consolidado) – os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS** (consolidada) – as modificações ocorridas no patrimônio social dos planos.
- **Demonstração do Ativo Líquido - DAL** (por plano de benefícios) – a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL** (por plano de benefícios) – as mutações ocorridas no ativo líquido ao final do exercício.
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA** (consolidada) – o resultado das atividades administrativas da entidade e as mutações do Fundo Administrativo ocorridas ao final do exercício.
- **Demonstração das Provisões Técnicas - DPT** (por plano de benefícios) – a composição das provisões técnicas.

As Demonstrações Contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Serpros são apresentadas a seguir:

4.1. Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto nos casos das contribuições dos autopatrocinados, vinculados a Planos de Benefícios do tipo Contribuição Definida ou Variável são registrados pelo regime de caixa.

4.2. Realizável – gestão previdencial

Representa os recursos a receber de cada Plano de Benefícios, relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos as contingências da Gestão Previdencial.

4.3. Realizável – gestão administrativa

Representa os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuadas pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.

4.4. Investimentos

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimento dos Planos de Benefícios e PGA, elaboradas sob os preceitos legais da Resolução do CMN nº 3792/09 e alterações posteriores.

A atividade de custódia dos ativos mobiliários é exercida primordialmente pelo Banco Bradesco S/A. A entidade também é responsável pela política de apreçamento (atribuição de valor aos ativos financeiros) da entidade, possuindo independência e notória reputação nesta atividade. A metodologia está disponível em manual de precificação e segue as melhores práticas de apreçamento existente.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, utilizamos os critérios definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.428/2013, que estabelece uma hierarquia de valor justo, classificando em três níveis as informações aplicadas as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo, com alto primazia aos ativos negociados em mercados ativos:

Informações de Nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.

Informações de Nível 2 – preços cotados (podem ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos.

Informações de Nível 3 – dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

4.4.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Em atendimento à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações posteriores, em especial a Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação – Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer são avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País. O critério de avaliação é pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma proporcional, pró rata dia, até o vencimento.

4.4.2. Fundos de Investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Estão representados pelo valor de suas cotas na data do encerramento do exercício e, quando exclusivo, os ativos financeiros que compõe a carteira dos fundos são precificados em conformidade com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4.4.3. Investimentos Imobiliários

Os imóveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção e são ajustados periodicamente por reavaliações, a cada três anos. As depreciações (exceto terrenos) foram calculadas pelo método linear, de acordo com o tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação.

O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, se reconhecida, será contabilizada no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir. Contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”. O resultado apurado nas avaliações, positivo ou negativo, são contabilizados como receita ou despesa, respectivamente.

4.4.4. Operações com participantes (Empréstimos e Financiamentos)

Correspondem os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos acrescidos dos rendimentos auferidos, deduzidas as amortizações e, quando aplicável, deduzidos da provisão para perdas na realização de créditos.

4.5. Provisão para perdas e para créditos de liquidação duvidosa

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas em função do atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos da operação. Essas provisões são contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os direitos a receber sujeitos à provisão para liquidação duvidosa são apresentados pelo seu valor líquido.

Atrasos (em dias)		Faixa de Provisionamento
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
>361		100%

Contribuições previdenciais: somente sobre as parcelas vencidas

As provisões para as perdas são constituídas segundo os critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC 34/09.

4.6. Ativo permanente

Está contabilizado no Plano de Gestão Administrativa e seus valores são registrados pelo custo de aquisição.

São classificados como:

(i) Imobilizado – É formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades administrativas da entidade como computadores, móveis, utensílios, máquinas etc. As depreciações foram calculadas pelo método linear. As taxas são fixadas por espécie de bens em razão do tempo de vida útil, como segue: Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos - 10% a.a.; e Imóvel, Equipamentos de Informática e Veículos - 20% a.a.

(ii) Intangível – Estão registrados os gastos com desenvolvimento de software, sendo amortizado à taxa de 20% ao ano. As licenças de uso com prazos de 1 a 3 anos estão contabilizadas como despesa do PGA.

4.7. Exigível operacional

Estão classificadas as obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras.

4.8. Ativos e passivos contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a fundação. A provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências ativas e passivas, são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

(i) Ativos Contingentes (quando aplicável) – São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

(ii) Passivos Contingentes – São registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações Legais – Originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

4.9. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos Planos de Benefícios são apuradas mensalmente e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder, trazidos a valor presente. As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da entidade, com aderência aos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios.

4.10. Equilíbrio técnico

Apurado pela diferença entre o ativo líquido, as provisões matemáticas e fundos previdenciais, utilizando as condições e os procedimentos determinados para apuração e destinação de resultado, quando aplicável, pela Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, bem como alterações introduzidas pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015.

4.11. Fundos

4.11.1 – Gestão previdencial

Registra os fundos constituídos para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios, previstos nos seus regulamentos e, por consequência, nas respectivas Notas Técnicas Atuariais os quais preveem as condições de constituição, manutenção e sua destinação.

4.11.2 – Gestão Administrativa

O fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos destinados para o custeio administrativo e os gastos realizados pela entidade na administração dos Planos de Benefícios. Os Fundos de Garantia de Custeio Administrativo são constituídos para cada plano, em conformidade com seu regulamento, para assegurar a manutenção da estrutura administrativa da entidade.

4.11.3 – Investimentos

Composto exclusivamente pelo Fundo de Garantia de Empréstimos, que representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de morte de mutuários. Esses fundos são registrados e controlados por Plano de Benefícios previdenciais, denominada de Quota de Quitação por Morte (QQM) e Fundo de Oscilação de Risco, conforme descrito na nota 14.3.

4.12. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as Provisões Matemáticas; as provisões com demandas judiciais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A alta administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

5. Disponível

Encerramos o exercício de 2017 com o montante de R\$ 173 mil em Bancos Conta Movimento: PS-I – R\$ 42 mil; PS-II BD – R\$ 15 mil; PS-II CD – R\$ 68 mil; e PGA – R\$ 48 mil.

6. Realizável da Gestão Previdencial

Encerramos o exercício de 2017 com o montante de R\$ 25.138 mil na gestão previdencial, com o seguinte detalhamento:

Descrição	PSI	PSII BD	PSII CD	2017	2016
Contribuições do mês	1.804	2.208	10.510	14.522	15.081
Patrocinadora	1.492	1.094	5.220	7.806	8.009
Participantes	302	1.094	5.259	6.655	7.003
Autopatrocinados	10	20	31	61	69
Contribuições em atraso	-	25	7	32	556
Patrocinadora	-	-	-	-	548
Autopatrocinados	-	25	7	32	8
Contribuições contratadas	-	2.696	-	2.696	12.357
Parcela a amortizar Dotação Inicial	-	-	-	-	6.539
Parcela a amortizar Lei 8.020	-	-	-	-	2.992
Parcela a amortizar Aporte	-	-	-	-	109
Parcela a amortizar Aporte (Reintegração)	-	2.696	-	2.696	2.696
Prestação + Encargos - PCLD	-	-	-	-	21
Depósitos Judiciais/Recursais	1.991	3.599	-	5.590	3.871
Outros Realizáveis	318	1.980	-	2.298	2.203
Outros	318	3.785	4	4.107	3.659
Consolidação das Demonstrações	-	-1.805,00	-4,00	-1.809,00	-1.456,00
Total	4.113	10.508	10.517	25.138	34.068

6.1. Contribuições do mês

Valores a receber referente a competência de dezembro com vencimento em janeiro de 2018.

6.2. Contribuições em atraso

Encargos devidos pela patrocinadora Serpro, referentes ao período de abril de 2013 e fevereiro de 2016, no montante de R\$ 9.971 mil, com 100% do valor a receber provisionado para perda, conforme detalhamento a seguir:

Encargos - Contribuições Normais	PSI	PSII BD	PSII CD	2017	2016
Encargos	2.036	1.341	6.594	9.971	8.545
PCLD	-2.036	-1.341	-6.594	-9.971	-7.997
Total 1	0	0	0	0	548

Em R\$ Mil

Foi ajuizada, no exercício de 2016, a Ação Ordinária de Cobrança nº 26272-89.2016.4.02.3400, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos nos regulamentos dos Planos de Benefícios (atualização monetária, juros e multa).

6.3. Contribuições Contratadas

Neste exercício, os contratos Dotação Inicial e Lei 8.020 foram liquidados pela patrocinadora Serpro no prazo normal de amortização pactuado. O contrato do Aporte foi liquidado em 31 de março de 2017 em virtude do Programa de Incentivo ao Desligamento da Patrocinadora (APA) 2017, de acordo com o § 3º, da cláusula 3ª do Termo de Acordo para Parcelamento do Aporte Financeiro Específico.

Descrição	Dotação Inicial		Lei 8.020		Aporte	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor contratado		52.845		44.555		111.731
Saldo devedor atual	-	6.539	-	2.992	-	109
Prazo de amortização pactuado		240 meses		240 meses 240 meses		360 meses
Prazo de amortização restante	-	5 meses	-	5 meses	-	179 meses
Valor das parcelas	-	1.327	-	607	-	1
Data de vencimento				último dia útil de cada mês		
Atualização pactuada				INPC + 6% a.a.		

Em R\$ Mil

Estão registrados os contratos firmados com o Serpro. Os objetos dos referidos termos estão identificados da seguinte forma:

Termo de Acordo para amortização da Dotação Inicial – Compromisso relativo a integralização do capital inicial devido, necessário à constituição do fundo destinado à cobertura dos riscos iminentes de aposentadorias e pensões de empregados da patrocinadora Serpro, que aderiram ao Plano de Benefícios por ocasião da criação do Serpros.

Termo de Acordo para parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na Lei 8.020/90 – Financiamento referente às diferenças de contribuição, provenientes do ajuste da taxa de contribuição da patrocinadora Serpro, devido a alteração introduzida pela Lei 8.020/90 e artigo 2º do Decreto 606/92.

Termo de Acordo para parcelamento do Aporte Financeiro Específico – Aporte para a migração de participantes do Plano de Benefícios PS-I para o Plano de Benefícios PS-II, destinado a garantir o patrimônio necessário ao equilíbrio econômico-financeiro dos planos.

6.3.1. Contribuições contratadas em atraso

Em decorrência da suspensão das parcelas dos contratos, por força do Acórdão do TCU nº 6.928/09 e dos problemas de liquidez enfrentados pelo Serpro, as parcelas de 12/2009 a 06/2010 foram repassadas com atraso. Sobre essas parcelas foram registrados os encargos previstos nos respectivos contratos. Na retomada dos pagamentos, o Serpro, alegando que a dívida foi contraída por determinação do Tribunal de Contas da União e não por sua livre iniciativa, não quitou o montante dos juros moratórios previstos. Além disso, foram registrados os encargos sobre os atrasos dos repasse das parcelas de 04/2013 a 04/2016.

No exercício de 2016, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos (percentual de juros, taxa atuarial e atualização monetária), o Serpros ajuizou a Ação Ordinária de Cobrança nº 12357-70.2016.4.01.3400.

Encerramos o exercício de 2017 com o montante atualizado de R\$ 15.849 mil, com 100% do valor a receber provisionado para perda.

Encargos e PCLD	PSI	PSII BD	PSII CD	2017	2016
Dotação Inicial	-	-	-	-	15
Encargos	656	142	613	1.411	1.303
PCLD	-656	-142	-613	-1.411	-1.288
Lei 8.020	-	-	-	-	6
Encargos	-	151	655	806	744
PCLD	-	-151	-655	-806	-738
Aporte	-	-	-	-	-
Encargos	-	1	-	1	1
PCLD	-	-	-	-	-
Suspensão TCU	-	-	-	-	-
Encargos	349	9.944	3.338	13.631	12.586
PCLD	-349	-9.944	-3.338	-13.631	-12.586
Total	-	-	-	-	21
Encargos	1.005	10.238	4.606	15.849	14.634
PCLD	-1.005	-10.238	-4.606	-15.849	-14.613

Em R\$ Mil

6.3.2. Parcela a amortizar Aporte (Reintegração)

O saldo da Parcela a Amortizar (Reintegração), no valor de R\$ 2.696 mil, contabilizado no PS-II, refere-se ao aporte a receber da patrocinadora Serpro em cumprimento a decisão judicial de migração de participante do plano PS-I para o plano PS-II. O autor da ação foi reintegrado à patrocinadora por força de decisão judicial. O Serpros foi notificado a cumprir com a obrigação de efetuar a migração e, posteriormente, foi intimado judicialmente para proceder o aporte financeiro. Portanto, em cumprimento ao estabelecido no termo de acordo para parcelamento do aporte financeiro específico, datado de 30/07/2001, registramos a obrigação do Serpro de efetuar o aporte do valor destinado a garantir o patrimônio necessário ao equilíbrio econômico-financeiro dos planos existentes no Serpros.

6.4. Depósitos Judiciais/Recursais

Valores depositados judicialmente, no montante de R\$ 5.590 mil, para a garantia de execução de ações, cujos objetos são referentes a participantes que migraram do plano PS-I para o plano PS-II e pleitearam expurgos inflacionários ou são de reintegração à patrocinadora com pedido de migração para o plano PS-II.

Depósitos Judiciais Gestão Previdencial	PSI	PSII BD	2017	2016
Expurgos Inflacionários	303	2.949	3.252	2.242
Demais ações previdenciais	1.688	650	2.338	1.629
Total	1.991	3.599	5.590	3.871

Em R\$ Mil

6.5. Outros Realizáveis

Representa em sua totalidade bloqueios judiciais de ações da gestão previdencial.

	PSI	PSII BD	PSII CD	2017	2016
Aposentados - Folha de Benefícios	-	-	-	-	10
Bloqueios Judiciais	185	1.635	-	1.820	1.715
Expurgos Inflacionários	-	170	-	170	101
Demais ações previdenciais	185	1.465	-	1.650	1.614
Valores a classificar	133	345	4	482	478
Consolidação	-	-	-4	-4	-
Total	318	1.980	-	2.298	2.203

Em R\$ Mil

7. Realizável Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da entidade e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são apresentados a seguir:

Descrição	2017	2016
Contribuições para custeio	522	537
Patrocinadora	282	287
Participantes	238	248
Autopatrocinados	2	2
Contribuições para custeio em atraso	3	47
Patrocinadora	-	43
Participantes	-	3
Autopatrocinados	3	1
Depósitos Judiciais/Recurais	-	195
Despesas antecipadas	183	25
Seguros	183	25
Outros realizáveis	192	787
Total	900	1.591

Em R\$ Mil

7.1. Outros Realizáveis

Outros Realizáveis	2017	2016
Adiantamentos a empregados	67	116
Adiantamentos para custeio	98	1
Tributos a recuperar	27	27
Multa/Juros e Atualização Monetária	-	643
Valor a Receber	3.663	3.374
PCLD	-3.663	-2.731
Total	192	787

Em R\$ Mil

Em “Multa/Juros e Atualização Monetária” estão registrados a multa e a provisão para crédito de liquidação duvidosa, calculadas em decorrência do atraso das contribuições pagas pelo Serpro. Em 31/12/2017 foi constituída provisão de 100% do montante a receber de R\$ 3.663 mil.

8. Realizável – Investimentos

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos dos Planos de Benefícios e PGA no ano de 2017 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimento aprovadas pelo interventor, de 04/2016 a 12/2020.

b) Custódia dos Ativos Mobiliários

A atividade de custódia dos ativos mobiliários é exercida pelo Banco Bradesco S/A. A entidade também é responsável pela política de apreçamento (atribuição de valor aos ativos financeiros) da entidade, possuindo independência e notória reputação nesta atividade.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pela entidade são os mesmos estabelecidos pelo custodiante e estão disponíveis no Manual de Apreçamento do Custodiante, disponível em seu site.

c) Controle de Riscos

Conforme determinação da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, a administração do Serpros estabelece os seguintes critérios, parâmetros e limites na gestão de riscos de investimento, estabelecida nas respectivas Políticas de Investimento e monitorados pelo Serpros com auxílio de consultoria externa.

Risco de Mercado – Acompanha e gerencia o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos, utilizando modelo que limita a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos. Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado será feito através do Value-at-Risk (VaR) que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda esperada.

Risco de Crédito – Avaliado com base em estudos e análises produzidos por junto a prestadores de serviço. Os gestores consideram os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Risco de Liquidez – Está relacionado ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos não estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. A medida que os prazos de vencimentos das obrigações se aproximam, a alocação dos recursos deve privilegiar ativos mais líquidos. Além disso, o planejamento garante que as alienações dos ativos ocorram no prazo certo e no preço justo. O controle desse risco no Serpros é feito através do ALM Estocástico. A metodologia utilizada no modelo de ALM consiste na projeção da carteira de ativos e do fluxo de caixa previdenciário dos planos. Na simulação são consideradas premissas de reinvestimento para a liquidez.

Risco Operacional – A gestão deste risco é realizada de forma preventiva pela adoção de normas, políticas e instruções normativas e de forma corretiva através da identificação de eventos e do valor de exposição dos riscos, resultando na melhoria constante dos processos da entidade alinhada aos artigos 1º e 13º da Resolução CGPC nº 13, de 01 de agosto de 2004.

Risco de Terceirização – Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade da terceirização total ou parcial dos investimentos da entidade. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores. Os gestores dos recursos têm liberdade na seleção de papéis, desde que respeitadas as regras de investimento que estão especificadas na Política de Investimento.

Risco Legal – Está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades

e investimentos, será feito por meio: da realização periódica de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimento; da revisão periódica dos regulamentos dos fundos, exclusivos ou não; e da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros.

Risco Sistêmico – Se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais. Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de emissores, bem como a diversificação dos limites por modalidades de investimentos e concentração por investimentos. O acompanhamento do risco sistêmico é feito a partir do método de controle dos limites definidos por Modalidade de Investimento, Alocação por Emissor, Concentração por Emissor e Concentração por Investimento, devendo todos os investimentos estarem devidamente inseridos dentro dos critérios estabelecidos em cada item. A combinação de acompanhamento destes limites juntamente com os demais controles definidos na Política de Investimento são os controles utilizados pelo Serpros para reduzir o risco sistêmico na gestão do plano.

Risco Atuarial – Contempla a não aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para honrar com os benefícios a serem pagos aos participantes do plano.

8.1. Gestão de Investimentos

A Carteira de Investimentos Consolidada é constituída por: Fundos de Investimentos, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Depósitos Judiciais/Recurais.

Posição Contábil dos Investimentos por plano	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2017	2016
Fundos de Investimento	1.893.763	1.326.353	1.861.961	89.242	5.171.319	5.095.946
Ações	84.773	33.173	138.419	-	256.365	219.009
Multimercado	1.771.759	1.174.884	1.562.643	89.242	4.598.528	4.390.402
Direitos Creditórios	2.084	-	2.098	-	4.182	979
Participações	35.147	118.296	158.801	-	312.244	485.556
Investimentos Imobiliários	49.127	5.674	22.925	-	77.726	78.285
Empréstimos e Financiamentos	23.837	2.140	25.476	-	51.453	53.227
Depósitos Judiciais/Recurais	58	57	99	-	214	19
Outros	100.874	14.439	57.971	-	173.284	173.267
Consolidação	-	-	-	-	-12	
TOTAL	2.067.659	1.348.663	1.968.432	89.242	5.473.984	5.400.744

Em R\$ Mil

8.1.1. Títulos Públicos e Privados

Em 31 de dezembro de 2017 encerrou com o montante de R\$ 5.171.319 mil, aplicados em Fundos de Investimento, com Títulos Públicos e Títulos Privados na seguinte distribuição:

	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2017	2016
Títulos Públicos	1.738.903	1.093.424	1.457.436	89.242	4.379.005	3.961.463
Títulos Privados	154.860	232.929	404.525	-	792.314	1.134.483
Total	1.893.763	1.326.353	1.861.961	89.242	5.171.319	5.095.946

Em R\$ Mil

Os títulos e valores mobiliários foram classificados como “títulos mantidos até o vencimento” e “para negociação”.

O Serpros, para a manutenção dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, possui avaliações que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez, pelo período apresentado no estudo da ALM, em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial dos Planos de Benefícios, conforme determina Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, atestando que possui capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento, observando as reavaliações anuais.

Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002 estão indicados a seguir os valores totais dos títulos alocados em “Fundos de Investimento Exclusivos”, dos Planos de Benefícios e do PGA.

(i)

Títulos para Negociação (Marcados a Mercado)								
Vencimento	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Segregação por plano				2017	
			PS-I	PS-II BD	PS-II CD	PGA		
Títulos Públicos			744.942	596.747	795.188	83.524	2.220.401	
NTN-C (IGP-M)		66.942	83.344	59.941	10.030	13.373	-	83.344
NTN-C (IGP-M)	2021	9.364	23.403	-	10.030	13.373	-	23.403
NTN-C (IGP-M)	2031	57.578	59.941	59.941	-	-	-	59.941
NTN-B (IPCA)		1.195.574	1.248.319	410.730	329.260	439.020	69.309	1.248.319
NTN-B (IPCA)	2020	86.927	108.596	-	19.622	26.163	62.811	108.596
NTN-B (IPCA)	2021	87.621	96.637	32.212	27.611	36.814	-	96.637
NTN-B (IPCA)	2023	439.555	535.325	200.079	142.296	189.732	3.218	535.325
NTN-B (IPCA)	2035	291.952	392.047	162.791	96.846	129.130	3.280	392.047
NTN-B (IPCA)	2045	289.519	115.714	15.648	42.885	57.181	-	115.714
LFT		610.470	643.255	224.628	176.625	235.505	6.497	643.255
LFT	2018	21.448	23.208	6.498	7.161	9.549	-	23.208
LFT	2021	115.320	124.383	16.708	46.146	61.529	-	124.383
LFT	2023	473.702	495.664	201.422	123.318	164.427	6.497	495.664
LTN-Over (Compromissadas)		-	245.483	49.643	80.832	107.290	7.718	245.483
Títulos Privados		156.956	58.057	7.335	23.199	27.523	-	58.057
Debêntures		156.956	58.057	7.335	23.199	27.523	-	58.057
BRAZPEIXES	2021	57.160	72.360	17.404	27.019	27.937	-	72.360
PCLD BRAZPEIXES		-	-72.360	-17.404	-27.019	-27.937	-	-72.360
GSP PROPERTIES	2022	26.617	27.561	-	11.812	15.749	-	27.561
X-Nice	2029	73.179	30.496	7.335	11.387	11.774	-	30.496
Total				752.277	619.946	822.711	83.524	2.278.458

Em R\$ Mil

(ii)

Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva)								
	Vencimento	Valor de aquisição	Valor na curva atual	Segregação por plano			2017	
				PS-I	PS-II BD	PS-II CD		PGA
Títulos Públicos				993.962	496.677	662.248	5.728	2.158.615
NTN-C (IGP-M)		554.552	619.302	619.302	-	-	-	619.302
NTN-C (IGP-M)	2021	288.936	356.882	356.882	-	-	-	356.882
NTN-C (IGP-M)	2031	265.616	323.195	262.420	-	-	-	262.420
NTN-B (IPCA)		1.279.181	1.539.313	374.660	496.677	662.248	5.728	1.539.313
NTN-B (IPCA)	2020	62.799	101.071	65.102	15.415	20.554	-	101.071
NTN-B (IPCA)	2022	160.106	170.175	41.987	54.937	73.251	-	170.175
NTN-B (IPCA)	2023	5.030	5.728	-	-	-	5.728	5.728
NTN-B (IPCA)	2024	33.125	51.083	11.944	16.773	22.365	-	51.082
NTN-B (IPCA)	2030	274.967	336.352	52.369	121.706	162.277	-	336.352
NTN-B (IPCA)	2035	114.627	118.888	118.888	-	-	-	118.888
NTN-B (IPCA)	2040	287.341	337.446	72.442	113.572	151.432	-	337.446
NTN-B (IPCA)	2050	341.186	418.570	11.928	174.274	232.369	-	418.571
Títulos Privados				22.185	56.120	74.827	-	153.132
Debêntures				22.185	56.120	74.827	-	153.132
Inepar	2016	35.000	42.847	10.305	15.999	16.543	-	42.847
PCLD INEPAR			-42.847	-10.305	-15.999	-16.543	-	-42.847
Bingen Securitizadora	2018	10.529	16.808	10.085	2.881	3.842	-	16.808
PCLD Bingen			-16.808	-10.085	-2.881	-3.842	-	-16.808
Elektro	2018	20.000	10.099	5.050	2.164	2.885	-	10.099
SIFCO	2019	39.860	59.714	14.362	22.297	23.055	-	59.714
PCLD SIFCO			-59.714	-14.362	-22.297	-23.055	-	-59.714
BR FOOD	2020	75.003	114.862	27.626	42.889	44.347	-	114.862
PCLD BR FOOD			-114.862	-27.626	-42.889	-44.347	-	-114.862
SPE Solair	2024	50.000	77.875	18.730	29.078	30.067	-	77.875
PCLD SPE Solair			-77.875	-18.730	-29.078	-30.067	-	-77.875
Rodovias do Tietê	2028	50.327	65.886	17.135	20.893	27.858	-	65.886
X-Nice	2029	73.179	90.760	-	38.897	51.863	-	90.760
PCLD X-Nice			-13.613	-	-5.834	-7.779	-	-13.613
Cédulas de crédito imobiliário (CCI)				-	-	-	-	-
S&E Empreendimentos	2017	16.407	29.494	7.094	11.013	11.387	-	29.494
PCLD S&E			-29.494	-7.094	-11.013	-11.387	-	-29.494
CESTO	2021	29.231	48.075	32.393	6.721	8.961	-	48.075
PCLD CESTO			-48.075	-32.393	-6.721	-8.961	-	-48.075
CTESO	2022	50.000	95.001	22.849	35.473	36.679	-	95.001
PCLD CTESO			-95.001	-22.849	-35.473	-36.679	-	-95.001
Total				1.016.147	552.797	737.075	5.728	2.311.747

Em R\$ Mil

8.1.2. Fundos de Investimento

Quadro comparativo com a descrição de cada Fundo de Investimento por segmento	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2017	2016
Fundos de Investimento	1.893.763	1.326.353	1.861.961	89.242	5.171.319	5.095.946
Ações	84.773	33.173	138.419	-	256.365	219.009
Geribá	23.346	9.544	40.146	-	73.036	54.079
Mearas	38.970	14.449	59.654	-	113.073	109.926
Kenobi	22.457	9.180	38.619	-	70.256	55.004
Multimercado	1.771.759	1.174.884	1.562.643	89.242	4.598.528	4.390.402
Botafogo	8.379	13.009	13.451	-	34.839	147.015
STARK	1.763.380	-	-	-	1.763.380	1.703.447
CREDIT	-	1.161.875	1.549.192	-	2.711.067	2.455.531
PGA	-	-	-	89.242	89.242	84.409
Direitos Creditórios	2.084	-	2.098	-	4.182	979
FIDC Multisetorial Master III	2.084	-	2.098	-	4.182	979
Participações	35.147	118.296	158.801	-	312.244	485.556
Atico Energia	11.524	13.246	9.973	-	34.743	44.498
Patriarca	-	954	717	-	1.671	1.556
Usina Invest Malls	4.883	2.768	13.642	-	21.293	21.550
Atico Florestal	5.664	6.761	17.245	-	29.670	30.136
LSH	-	36.079	52.080	-	88.159	88.431
ETB	13.076	42.382	37.491	-	92.949	79.057
Bioenergia	-	-5.435	-4.136	-	-9.571	72.800
Infrasaneamento	-	21.541	31.789	-	53.330	54.415
FP2	-	-	-	-	-	93.113

Em R\$ Mil

As aplicações efetuadas pelos planos em cotas de Fundos de Investimento e Fundos de Investimentos, exclusivos ou não, são atualizadas em função do valor da cota de fechamento divulgado pelos respectivos administradores. A variação da diferença entre os valores das cotas foi apropriada ao resultado.

8.1.2.1. Fundos de Investimento em Ações – FIA

Os Fundos de Investimento em Ações do Serpros são exclusivos e com gestão terceirizada. Sua renda é dada pelos rendimentos distribuídos por meio de ativos que compõe a sua carteira, tais como dividendos e juros sobre capital próprio e a variação do mercado.

FIA KENOBI - Administrador: BEM DTVM; e Gestor: GAP					
Código	Papel	Qtd. Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD
ABEV3	AMBEV ON	148.583	1.011	413	1.738
ALSC3	ALIANSC SHOPPING CENTERS SA	189.914	1.095	448	1.883
BBAS3	BRASILON EJ NM	70.086	713	291	1.226
BBDC4	BRDESCOPN EB N1	248.097	2.684	1.097	4.616
BBSE3	BRASIL SEGURIDADE ON	134.538	1.225	501	2.107
BRML3	BR MALLS PARON	54.357	221	90	380
BVMF3	B3 SA ON NM	191.162	1.422	581	2.445
CRFB3	CRFB - ATACADAO SA ON NM	319.245	1.556	636	2.676
CSAN3	COSAN ON NM	70.997	942	385	1.620
ENBR3	ENERGIAS BRON NM	272.860	1.221	499	2.100
EQTL3	EQUATORIALON N2	128.717	2.701	1.104	4.645
ITSA4	ITAUSAPN N1	40.351	230	94	396
OMGE3	OMEGA ON	261.302	1.462	597	2.514
PARD3	INST HERMES PARD ON	97.635	1.042	426	1.793
PETR3	PETROBRASON	51.867	280	115	482
PETR4	PETROBRASPN	28.640	147	60	253
SANB11	SANTANDER UNT N2	2.247	23	9	39
VIVT3	VIVT - TELEF BRASIL ON	20.851	275	112	472
Caixa		15.977	4.016	1.644	6.906
Contas a Pagar/Receber		-	191	78	328
Total		2.347.426	22.457	9.180	38.619

Em R\$ Mil

FIA GERIBÁ - Administrador: BEM DTVM; e Gestor: Franklin Templeton

Código	Papel	Qtd. Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD
ABCB4	ABC BRASIL	58.800	360	147	619
BBDC4	BRADESCOPN EB N1	105.143	1.179	482	2.027
BVMF3	B3 SA ON NM	190.700	1.389	568	2.388
CMIG3	CEMIGON * N1	170.300	382	156	657
CMIG4	CEMIGPN N1	139.800	307	126	528
ENGI11	ENERGISA UNT	264.800	2.330	952	4.007
FIBR3	FIBRIA ON N1	36.800	563	230	968
FLRY3	FLRY - FLEURY SA	144.500	1.429	584	2.458
HYPE3	HYPERMARCAS ON NM	85.500	1.068	437	1.836
IGTA3	IGUATEMION NM	98.300	1.311	536	2.254
ITUB4	ITAU UNIBANCO PN N1	178.976	2.436	996	4.189
LAME4	LOJAS AMERICPN *	339.900	1.852	757	3.186
LPSB3	LOPES BRASILON NM	90.600	162	66	278
PETR3	PETROBRASON	86.200	466	190	801
RADL3	RADL - RAIADROGASIL ON	42.800	1.406	575	2.417
SAPR11	SANEPARD11	39.720	778	318	1.337
SMT03	SAO MARTINHOON NM	119.900	740	302	1.272
TIMP3	TIM PART S/A ON	174.100	745	305	1.282
USIM5	USIMINAS PNA N1	289.800	880	360	1.513
VIVT3	VIVT - TELEF BRASIL ON	15.400	232	95	399
VIVT4	VIVT - TELEF BRASIL PN	35.400	550	225	946
WAR11	WAR11	101.800	796	326	1.369
Caixa		7.269	2.280	932	3.923
Contas a Pagar/Receber		-	-295	-121	-508
Total		2.816.508	23.346	9.544	40.146

Em R\$ Mil

FIA MEARAS - Administrador: BEM DTVM; e Gestor: Genial Investimentos

Código	Papel	Qtd. Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD
ABEV3	AMBEV ON	180	1	0	2
BBAS3	BRASILON EJ NM	170.663	1.872	694	2.865
BBDC4	BRDESCOPN EB N1	146.500	1.709	634	2.616
BOVA11	ISHARES BOVA	156.020	3.969	1.472	6.076
BVMF3	B3 SA ON NM	266.587	2.093	776	3.204
CLSC3	CELESCON N2	178.376	1.844	684	2.823
CVCB3	CVC SA ON NM	76.600	1.280	475	1.960
EMBR3	EMBRAERON EJ NM	63.528	458	170	702
ESTC3	ESTACIO PART	116.652	1.319	489	2.020
ITUB4	ITAU UNIBANCO PN N1	335.748	4.927	1.827	7.542
KEPL3	KEPLER WEBERON	366.469	2.467	915	3.776
KROT3	KROTONON	60.452	383	142	587
LREN3	LOJAS RENNERON NM	262.140	3.206	1.189	4.908
MGLU3	MAGAZ LUIZA ON	69.016	2.108	782	3.227
PCAR4	P.ACUCAR-CBDPN * N1	24.541	668	248	1.022
PETR4	PETROBRASPN	588.848	3.267	1.211	5.002
PNVL3	DIMEDON	32.853	4.529	1.679	6.933
RAPT4	RANDON PARTPN N1	60.000	148	55	227
SMLS3	SMILES ON NM	21.701	568	210	869
USIM5	USIMINAS PNA N1	145.600	457	169	699
VALE3	VALE R DOCEON N1	60.385	838	311	1.283
Caixa		1.275	773	287	1.182
Contas a Pagar/Receber		-	84	31	129
Total		3.204.134	38.970	14.449	59.654

Em R\$ Mil

8.1.2.2. Fundos de Investimento Multimercado – FIM

O Serpros mantém investimentos em fundos exclusivos classificados como multimercado que têm por objetivo diversificar o investimento dos recursos sob sua administração nas classes de ativos Renda Fixa e Renda Variável.

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira encerrou com o saldo de R\$ 4.598.528 mil:

	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	TOTAL
FIM Botafogo	8.379	13.009	13.451	-	34.839
Debênture XNICE	7.335	11.388	11.774	-	30.497
LTN-O	1.050	1.631	1.686	-	4.367
Despesa/saldo	-6	-10	-9	-	-25
FIM STARK	1.763.380	-	-	-	1.763.380
Debênture Elektro	5.050	-	-	-	5.050
Debênture Rod. Tiête	17.135	-	-	-	17.135
FIRF Hungria	3.364	-	-	-	3.364
NTN-B	785.390	-	-	-	785.390
NTN-C	679.242	-	-	-	679.242
LTN-O	48.593	-	-	-	48.593
LFT	224.628	-	-	-	224.628
Despesa/Saldo	-22	-	-	-	-22
FIM CREDIT	-	1.161.875	1.549.192	89.242	2.800.309
Debênture Elektro	-	2.164	2.885	-	5.049
Debênture X-Nice	-	33.062	44.084	-	77.146
Debênture GSP Properties	-	11.812	15.749	-	27.561
Debênture Rod. Tiête	-	20.893	27.858	-	48.751
FIRF Hungria	-	2.163	2.884	-	5.047
NTN-B	-	825.937	1.101.268	75.036	2.002.241
NTN-C	-	10.030	13.373	-	23.403
LTN-O	-	79.201	105.604	7.718	192.523
LFT	-	176.625	235.505	6.497	418.627
Despesa/Saldo	-	-12	-18	-9	-39
Total	1.771.759	1.174.884	1.562.643	89.242	4.598.528

Em R\$ Mil

O montante aplicado em Títulos Privados está líquido da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, que indiretamente integram os FIM CREDIT, FIM STARK e FIM Botafogo, em função da inadimplência dos ativos em carteira e outras evidências que requereu o ajuste do saldo pela metodologia aplicada pelo administrador do Ativo.

	PSI	PSII BD	PSII CD	TOTAL
FIM Botafogo	7.335	11.388	11.774	30.497
Debênture XNICE	7.335	11.388	11.774	30.497
FIM STARK	22.185	-	-	22.185
Debênture Elektro	5.050	-	-	5.050
Debênture Rod. Tiête	17.135	-	-	17.135
FIM CREDIT	-	67.931	90.576	158.507
Debênture Elektro	-	2.164	2.885	5.049
Debênture X-Nice	-	33.062	44.084	77.146
Debênture GSP Properties	-	11.812	15.749	27.561
Debênture Rod. Tiête	-	20.893	27.858	48.751
Total	29.520	79.319	102.350	211.189

Em R\$ Mil

8.1.2.2.1. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas dos títulos de crédito privado foram constituídas nos fundos de investimentos, pelos administradores dos ativos a partir de 2014 (em 2014, R\$ 23.440 mil; em 2015, R\$ 354.736 mil, em 2016, R\$ 90.525 mil; e em 2017, R\$ 101.946 mil) em decorrência da inadimplência e de outros indícios de perdas, totalizando, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 570.647 mil.

Totais por Fundo e Plano	PSI	PSII BD	PSII CD	2017	2016
Botafogo	118.369	183.768	190.014	492.151	406.725
CCI	29.943	46.486	48.066	124.495	116.942
CETSO	22.849	35.473	36.679	95.001	88.344
S&G Empreendimentos	7.094	11.013	11.387	29.494	28.598
Debêntures	88.426	137.282	141.948	367.656	289.783
Inepar	10.305	15.999	16.543	42.847	42.847
SIFCO	14.362	22.297	23.055	59.714	59.714
BFG	27.626	42.889	44.347	114.862	114.862
Brazpeixes	17.403	27.019	27.937	72.359	72.360
Brasil solair	18.730	29.078	30.066	77.874	-
STARK	42.478	-	-	42.478	40.558
CCI	32.393	-	-	32.393	30.759
CESTO Participações	32.393	-	-	32.393	30.759
Debêntures	10.085	-	-	10.085	9.799
Bingen	10.085	-	-	10.085	9.799
CREDIT	-	15.436	20.582	36.018	21.418
CCI	-	6.721	8.961	15.682	14.886
CESTO Participações	-	6.721	8.961	15.682	14.886
Debêntures	-	8.715	11.621	20.336	6.552
Bingen	-	2.881	3.842	6.723	6.552
XNICE	-	5.834	7.779	13.613	-
Total	160.847	199.204	210.596	570.647	468.701

Em R\$ Mil

Grande parte dos ativos provisionados para perda foram objeto de verificações e autuações por parte da Previc, ensejando, em vários casos, autos de infração e punições por gestão temerária, e recomendações devidamente registradas pelo interventor. As medidas adotadas pela Previc visam a responsabilização dos dirigentes da entidade, com relação aos investimentos realizados no período de 2011 a 2015, em face do prejuízo causado aos participantes.

No exercício de 2017 ocorreram os seguintes provisionamentos que afetaram o saldo da carteira:

Debêntures X-NICE – Devido ao atraso no desenvolvimento do projeto da Nova Bolsa, inicialmente previsto para o 2º semestre de 2014, o administrador do FIM Botafogo, Bridge Administradora de Recursos Ltda, reprecificou, com perda de 15%, o preço unitário das debêntures alocadas no fundo e o administrador do FIM Credit, BEM-DTVM, provisionou para perda 15% do valor das debêntures alocadas no fundo; e

Debêntures Brasil Solair – A Bridge Administradora de Recursos Ltda. realizou 100% do valor investido em decorrência da inadimplência do pagamento da parcela de juros e da amortização do principal tendo em vista a situação financeira da empresa. Foi decretado vencimento antecipado da primeira emissão de debêntures na AGC de 13/12/2017.

8.1.2.2.2. FIM – Títulos Privados – Ações de recuperação de dívidas

A entidade vem adotando as medidas cabíveis para que as garantias sejam executadas, reduzindo os prejuízos causados ao patrimônio dos planos administrados pelo Serpros, incluindo ações de responsabilização.

(i) CCI CTESO

Aporte realizado em outubro de 2012. Ajuizada ação sob o nº 013034-54.2016.8.19.001 perante a 1ª Vara Empresarial do TJ-RJ, sendo atribuído o valor da causa de R\$ 83.186 mil, aguarda-se citação dos responsáveis.

(ii) CCI S&G Empreendimentos (Stiebler)

1. Decretado vencimento antecipado na assembleia de 25/06/2015.
2. As garantias foram reavaliadas e encontram-se alienadas fiduciariamente, estando o processo extrajudicial de consolidação das garantias em curso.

(iii) CCI CESTO Participações

1. Devido ao inadimplemento e a provisão para perda de 100% do ativo, foram realizadas diversas reuniões entre os credores da operação para aprovação da proposta enviada pela emissora para quitação da dívida através do recebimento de unidades hoteleiras a época denominada Hotel Royal Tulip-BH.
2. O valor correspondente à dívida da emissora com o Serpros foi negociado através do recebimento de 58 unidades hoteleiras prontas e acabadas.
3. O Serpros contratou empresa especializada para reavaliar as unidades hoteleiras, e assim contabilizar os valores correspondentes de cada unidade na carteira de investimentos do Serpros.

(iv) Debêntures SIFCO

1. Decretado vencimento antecipado na AGD de 23/10/2015.
2. Ajuizada ação incidental de impugnação de crédito de nº 0021266-04.2014.8.26.0309, pela Sifco S/A em 16/10/2014, objetivando a inclusão do crédito na classe dos credores quirografários e discordância dos cálculos apresentados. Aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial interposto pela Sifco S/A tendo em vista que o Agravo de Instrumento interposto em face da r. Decisão que julgou improcedente a impugnação de crédito interposta pela mesma.
3. Está sendo requerida a penhora dos recebimentos da emissora em favor dos debenturistas.

(v) Debênture Bingen

1. Decretado vencimento antecipado na AGD de 27/10/2015.
2. As garantias da operação estão sendo reavaliadas, visando a recuperação do crédito.

(vi) Debênture Brazal

1. Vencimento antecipado decretado na AGC de 19/11/2015.
2. Aguarda-se a citação dos executados no processo nº 0137998-46.2016.8.19.0001 perante a 1ª Vara Empresarial do TJRJ.

(vii) Debênture Inepar

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 16/04/2014.
2. Foi ajuizada ação execução de título extrajudicial objetivando a execução do saldo das debêntures da 5ª emissão da Inepar.
3. A Inepar encontra-se em processo de Recuperação Judicial nos autos do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037.
4. Ajuizada ação incidental de impugnação ao crédito de nº 0004948-54.2015.8.26.0100 objetivando o reconhecimento de que o crédito não é extraconcursal, devendo participar do quadro geral de credores, sujeito a recuperação judicial.
5. A garantia real encontra-se alienada fiduciariamente.

(viii) Debêntures Brazpeixes

1. Decretado vencimento antecipado na AGD 03/02/16.
2. Foi ajuizada ação de execução em face da emissora e o processo de nº 1045072-28.2016.8.26.0100 tramita perante a 31ª Vara Cível do TJSP. Os executados ainda não foram citados.
3. Aguarda-se o retorno do mandado de citação dos executados para a formação válida do processo.

8.1.2.2.3. FIRF Hungria – Letra Financeira do Banco BVA

As letras financeiras adquiridas pelo Serpros, no montante de R\$ 50.000 mil, eram garantidas pela cessão fiduciária de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado

Hungria na proporção de 165% do valor da letra financeira. Com a liquidação do Banco BVA, essa garantia foi exercida e o Serpros recebeu a transferência da titularidade das cotas em agosto de 2013, ocasionando um desenquadramento passivo. Em complemento ao processo de recuperação da dívida, em setembro de 2013 o Serpros habilitou os créditos das letras financeiras junto à massa falida daquele banco.

De acordo com o gestor de crise do FIM Hungria (Vila Rica Capital), as amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB).

Foram realizadas as seguintes amortizações: (i) em 2013, R\$ 2.490 mil; (ii) em 2014, R\$ 3.760 mil; (iii) em 2015, R\$ 4.894 mil; (iv) em 2016, R\$ 267 mil; (v) em 2017, R\$ 3.783. Totalizando o valor recebido até 2017 de R\$ 15.194 mil.

8.1.2.2.4. FIM CREDIT – Bloqueio Judicial das Notas do Tesouro Nacional

Em 31/12/2017 foi mantido o bloqueio das Notas do Tesouro Nacional com valor atualizado de R\$ 696.760 mil.

Cabe o registro do histórico recente deste procedimento judicial: Em 28 de julho de 2016 foi determinado nos Autos da Reclamação Trabalhista nº 00110829-98.2014.5.01.0033 que tramita perante a 33ª vara do trabalho/RJ, cujo valor da causa é de R\$ 195 mil, a penhora da integralidade das Notas do Tesouro Nacional, série B, vencimentos 2013 e 2050, que integram a carteira do FIM Credit CP, no valor de R\$ 696.760 mil, uma vez que foi alegada eventual responsabilidade solidária da entidade, em razão de suposta formação de Grupo Econômico com a Brazal Alimentos. Foi determinada, ainda, a liquidação monetária dos referidos títulos bem como, a efetiva transferência para a conta judicial a disposição da 33ª Vara do Trabalho/RJ. Em 30/11/2016, o Serpros através de seus advogados, impetrou Mandado de Segurança visando impedir a liquidação dos títulos tendo obtido a respectiva liminar. Em 16/12/2017 foi extinto o Mandado de Segurança por considerar o Juiz que ele teria sido interposto intempestivamente. Em 19/12/2016, a decisão foi reconsiderada reestabelecendo o Mandado de Segurança. Em 20/10/2017, o Juiz, ao analisar os Embargos à Execução opostos pelo Serpros, proferiu despacho no sentido de não conhecer tal recurso por serem os mesmos intempestivos. Mais uma vez, em 30/10/2017, o Serpros recorreu de tal decisão interpondo recurso denominado Agravo de Petição a fim de obter efeito suspensivo para reformar a decisão que determinava a liquidação dos títulos. Em 13/12/2017 ocorre a extinção do Mandado de Segurança e sua respectiva liminar. Assim, em 14/12/2017, o Serpros entra com ação cautelar para atribuir efeito suspensivo ao anterior recurso de agravo

de petição, tendo obtido deferimento, mantendo, mais uma vez a liquidação dos títulos suspensa. Paralelamente também deu entrada em procedimento de Correição Parcial para atacar, neste caso, o procedimento do juiz com relação à extrapolação quando determinou a penhora de valores tão extraordinariamente superiores às pretensões deduzidas pela Reclamante.

A batalha jurídica travada pelo Serpros baseia-se no fato de que é necessário que se consolide o entendimento de que o Serpros é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos. Seu objetivo único ao investir os recursos garantidores dos Planos de Benefícios que administra, é o pagamento dos benefícios atuais e futuros com base nos regulamentos dos planos. Difere-se fundamentalmente das instituições financeiras pois estas, visam lucro, sendo diferenciadas até mesmo na Constituição da República, onde, as entidades de previdência localizam-se nas disposições referentes à Ordem Social e as instituições financeiras na Ordem Econômica.

8.1.2.3. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Master III

No exercício de 2011, o Serpros investiu R\$ 45.000 mil em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master III. No exercício de 2012, com a decretação da liquidação do Banco BVA, as empresas, cujo o fundo detinha o direito ao crédito, ficaram inadimplentes, levando o administrador a registrar a provisão para crédito de liquidação duvidosa. O fundo continua com gestor de crise (Brasil Plural), em processo de negociação e recuperação dos ativos em default. As amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB). Até dezembro de 2016, o Serpros recuperou o valor de R\$ 29.222 mil, que representa 64,94% do valor aportado no fundo.

No exercício de 2017 foi recuperado o montante de R\$ 2.639 mil, totalizando R\$ 31.861 mil, como resultado das negociações do gestor do fundo em relação aos ativos que estão provisionados.

8.1.2.4. Fundos de Investimento em Participações (FIP)

O Serpros encerrou o exercício de 2017 com o montante de R\$ 312.244 mil em Fundos de Investimento em Participações.

Ativo	Data do Aporte	Data do Vencimento	Valor do Aporte	2017	2016	OBS:
Ático Energia	24/11/2010	6/29/2018	24.000	34.743	44.498	Ativo com dificuldade de caixa para pagamento das despesas básicas de funcionamento. Em período de desinvestimento.
Patriarca-BVA	08/12/2011	7/16/2018	50.000	1.671	1.556	Ativo composto de 100% de ações do Banco BVA (falência decretada em setembro de 2014)
LSH	09/04/2013		36.970			Ativo em alerta devido ao processo investigatório do Ministério Público Federal. Em período de desinvestimento.
	23/12/2013	8/2/2020	1.087	88.159	88.431	
Ático Florestal	11/09/2013		18.913			Ativo com dificuldade de caixa para pagamento das despesas básicas de funcionamento. Em período de desinvestimento.
	26/02/2013	3/21/2018	20.000	29.670	30.136	
LA Shopping Center	27/05/2013		10.000			Ativo em alerta devido ao principal ativo não ter sido desenvolvido, projeto do Shopping de Pampulha. Ativo com dificuldade de caixa para pagamento das despesas básicas de funcionamento. Em período de investimento.
	02/10/2012	8/28/2022	50.000	21.293	21.550	
ETB	10/07/2013		15.000			Ativo em alerta devido ao atraso na finalização do projeto da Nova Bolsa. Ativo com dificuldade de caixa para pagamento das despesas básicas de funcionamento. Em período de desinvestimento.
	21/08/2013	8/31/2020	55.000	92.949	79.057	
Bioenergia	26/12/2013		51.000			Ativo em alerta devido a situação crítica das empresas investidas com provisões tributárias e trabalhistas que refletiram no PL negativo do fundo. Em período de desinvestimento.
	14/01/2014	4/6/2021	19.000	-9.571	72.800	
Infrasaneamento	23/05/2014		30.000			Ativo com dificuldade de caixa para pagamento das despesas básicas de funcionamento. Em período de desinvestimento.
	22/08/2014	12/19/2021	20.000	53.330	54.415	
FP2	19/06/2013		20.000			Ativo em alerta devido a decretação de falência de empresas investidas pelo fundo. Ativo com dificuldade de caixa para pagamento das despesas básicas de funcionamento. Provisionamento de perda por Impairment (Redução do Valor Recuperável).
	20/06/2013		59.730	-	93.113	
	02/05/2014	12/4/2024	48.145			
Total da Carteira			528.845	312.244	485.556	

Em R\$ Mil

(i) Ático Energia

Em dezembro de 2017 foi realizada AGC que deliberou pela prorrogação do prazo do fundo para 29/06/2018.

(ii) Patriarca-BVA

Em decorrência da intervenção no Banco BVA S/A pelo Banco Central do Brasil, em 19/10/2012, o administrador do fundo registrou a provisão para crédito de liquidação duvidosa do saldo total dos ativos de emissão do Banco BVA, os quais representam 97% do patrimônio líquido do fundo.

Importante ressaltar que o Serpros, enquanto cotista do FIP Patriarca, concorre na categoria dos créditos subordinados (art. 83, VIII, Lei 11.101/05), sendo o último a receber na ordem de liquidação, com probabilidade remotíssima de realização do crédito, no que se refere ao processo falimentar.

Visando recuperar o valor investido no fundo, o Serpros ajuizou a Ação Cautelar nº 0127822-46.2013.4.02.5101, que tramita perante a 18ª Vara Federal/RJ, com o objetivo de arrestar bens do fundo e demais réus, para garantir possível e futura execução por responsabilidade civil. A presente Ação Cautelar visa evitar a eventual dilapidação dos patrimônios que devem responder pelos prejuízos.

Em 2 de dezembro de 2016, a entidade recebeu ofício da Previc referente ao Auto de Infração (AI) nº 0032/16-64, que diz respeito à aplicação de recursos garantidores em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional relativa ao FIP Patriarca por ex-dirigentes do Serpros. No momento, o procedimento infracional segue tramitando na Previc.

(iii) Fundo de Investimento em Participação LSH

O FIP LSH foi citado no procedimento investigatório criminal nº 1.16.000.003635/2016-19, de responsabilidade do Ministério Público Federal, devido aos investimentos realizados pelos fundos de pensão na bandeira hoteleira Trump.

Em 25 de julho de 2017, a entidade tomou ciência do ofício Previc referente ao processo nº 44011.005366/2017-78, relativo ao Auto de Infração (AI) nº 043/17, que diz respeito a aquisição de cotas do FIP LSH, aprovada pela Diretoria Executiva do Serpros em março de 2013, em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

O ativo está operacional com 170 quartos concluídos, porém a bandeira Trump renunciou e o hotel está trabalhando com a própria bandeira, a LSH Barra.

O Serpros decidiu pela contratação de empresa especializada para avaliação da empresa investida pelo FIP, com o objetivo de apurar o valor justo/precificação do ativo (conclusão prevista para 2018).

(iv) Fundo de Investimento em Participação Usina Invest Mall (Atual FIP LA Shopping Centers)

Os principais ativos do fundo são: Realesis Brasília Empreendimentos Imobiliários (Boule-

vard Shopping Brasília), participação do fundo de 11,31%, e a Realesis P2 Empreendimento Imobiliários (Projeto do Shopping de Pampulha), participação do fundo de 90,5%.

Os ativos do fundo foram reavaliados impactando em uma desvalorização de aproximadamente 58% no patrimônio do fundo, devido ao principal projeto do fundo, Shopping Pampulha, ainda não ter sido desenvolvido.

(v) Fundo de Investimento em Participação Eletronic Trading Brasil (ETB)

O projeto do fundo, a Nova Bolsa de Valores, estava previsto para iniciar a operação no 2º semestre de 2014. Entretanto, o projeto sofreu uma revisão e a nova previsão é para o 2º semestre de 2018.

De acordo com a empresa investida, apesar da revisão do cronograma de implantação da Nova Bolsa, a expectativa de desinvestimento do FIP permanece prevista para 2020, através de oferta pública inicial de ações ou venda para grandes players do setor.

Em junho de 2017 as cotas do fundo foram reavaliadas valorizando em 17,8%, em decorrência do resultado do laudo de avaliação da companhia investida (Empresa ATG), realizada pela empresa Baker Tilly, porém o Serpros irá contratar empresa especializada para reavaliar os ativos investido pelo FIP ETB.

(vi) Fundo de Investimento em Participação Bioenergia

No exercício de 2017 o administrador (BNY Mellon) realizou provisões para perda de crédito de liquidação duvidosa do ativo alocado na carteira do fundo (Canabrava Bioenergia Participações S.A), ocasionando, desta forma, a desvalorização de 100% das cotas. Além disso, em virtude do reconhecimento do passivo da investida, o FIP passou a ter o seu ativo líquido negativo no montante de R\$ 9.571 mil. O resultado líquido desse investimento foi negativo de R\$ 82.426 mil.

(vii) Fundo de Investimento em Participação FP2

Em dezembro de 2017 o Serpros possuía investido no FIP FP2 o montante de R\$ 93.113 mil, que representava 6,32% do fundo.

Tendo em vista as evidências que indicam a desvalorização das cotas em relação aos ativos

e seus garantidores, bem como a operação, considerando, também, outros aspectos observados (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração e qualidade dos controles, atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito, natureza e finalidade da transação, características das garantias, particularmente quanto à insuficiência e liquidez, e valor), reconhecemos no encerramento do balanço de 2017, conforme determina a legislação, 100% de perda por Redução de Valor Recuperável de ativo (*Impairment*).

8.1.4. Investimentos Imobiliários

A carteira imobiliária encerrou o exercício de 2017 com o montante de R\$ 77.726 mil.

Carteira Imobiliária	PSI	PSII BD	PSII CD	2017	2016
Locados ao Patrocinador					
Belém (PA)	5.858	676	2.734	9.268	9.457
Locados a Terceiros					
Centro Empresarial Transatlântico (SP)	3.911	452	1.826	6.189	6.224
Centro Empresarial VARIG (DF)	23.781	2.747	11.100	37.628	37.672
Condomínio São Luiz (SP)	14.917	1.723	6.963	23.603	23.713
Contas a receber	37	4	11	52	233
Outros Investimentos Imobiliários					
Desapropriação Ed. Lucas Lopes	623	72	291	986	986
Total	49.127	5.674	22.925	77.726	78.285

Em R\$ Mil

O montante a receber de aluguéis Locados a Terceiros é de R\$ 8.071 mil, sendo que R\$ 8.019 mil estão provisionados como crédito de liquidação duvidosa em razão das inadimplências dos locatários: Grupo OK, Meireles, Codunas, Brascol, Coperdata, Forma Audiovisual, Fernandez e Pró-internet. Na tentativa de rever os valores a receber, o Serpros moveu ações judiciais contra esses locatários. As ações estão em fase executória, com atualização dos valores e busca de bens passíveis de constrição judicial.

Em 31/07/2017, foi contratada a empresa especializada Embrap & Praxis Avaliação Patrimonial Ltda para realizar a avaliação patrimonial do Centro Empresarial Varig. O valor do imóvel em 28/07/2017 era de R\$ 37.242 mil e o valor apurado em 31/07/2017 foi de R\$ 37.744 mil, gerando uma receita de reavaliação de R\$ 502 mil. A idade remanescente do imóvel foi atualizada para 50 anos.

Imóvel	Data Reavaliação	Avaliador Responsável	Valor Contábil na data da Reavaliação	Valor Reavaliação	Resultado Reavaliação	Vida Útil	Conta Contábil Relacionada
Centro Empresarial VARIG	jul/17	Emprab & Praxis Avaliação Patrimonial	37.242	37.744	502	Vida útil remanescente de 50 anos	1.2.3.6.04.03.04
Total			37.242	37.744	502		

Em R\$ Mil

8.1.4.2 Outros Investimentos Imobiliários

O Edifício Lucas Lopes, localizado em Belo Horizonte, foi desapropriado pela Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais em 2008. Em 2009 o Serpros registrou a baixa do investimento e adotou as medidas para levantar o crédito. Em 2010 foi disponibilizado o alvará para levantamento de 80% do montante depositado em juízo, no valor de R\$ 9.399 mil, depositado na conta do Serpros em 14/05/2010. No entanto, ainda resta o levantamento de 20% do valor depositado, que representa o saldo de R\$ 986 mil.

8.1.5. Operações com Participantes (Empréstimos e Financiamentos Imobiliários)

As Operações com Participantes correspondem a Empréstimos e Financiamentos Imobiliários e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária na data de encerramento das Demonstrações Contábeis.

O saldo de R\$ 48.831 mil está líquido da provisão crédito de liquidação duvidosa, registrada em função da inadimplência, conforme item 4.4. O Serpros, para a recuperação do crédito de R\$ 7.347 mil, contratou escritório jurídico especializado e mantém procedimentos administrativos de registro de inclusão nos órgãos de proteção ao crédito.

O saldo de Financiamentos Imobiliários, no total de R\$ 2.622 mil, refere-se aos contratos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) que estão em posição de Relação de Contratos Não Validados (RNV) junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O Serpros corrige o saldo através de relatório emitido pela Caixa Econômica Federal. Após a validação dos valores serão emitidos títulos de securitizados pelo Tesouro Nacional com registro escritural na Cetip.

8.1.6. Investimentos – Outros Realizáveis

Estão registrados os direitos do Serpros, decorrentes de decisão judicial ou de processos administrativos favoráveis que resultaram em crédito, totalizam o montante de R\$ 173.267 mil. Como créditos relevantes destacamos as Letras do Tesouro de Santa Catarina, num montante de R\$ 145.363 mil, e o Contrato de Confissão de Dívida Chapecó, num montante de R\$ 27.859 mil.

(i) Letras do Tesouro de Santa Catarina - LTSC

É resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo nº 023.06.38548-0), decorrente da falta de cumprimento do vencimento dos títulos, adquiridos em novembro e dezembro 1996, com vencimento previsto para maio de 2001.

Na ocasião do vencimento, a Diretoria Executiva decidiu pelo provisionamento da perda deste título, conforme determina a legislação, e adotou as medidas judiciais para a recuperação do valor investido.

Em 2013, considerando os posicionamentos da Assessoria Jurídica interna e do escritório de advocacia externo, tendo como base o acompanhamento processual (trechos abaixo transcritos) elaborado pelo patrono do Serpros, em razão da sentença transitada em julgado, a Diretoria Executiva decidiu reverter a provisão para perda e contabilizar o montante incontroverso de R\$ 145.363 mil.

Em razão da limitação imposta por decisão judicial, tem-se a previsão de que seja pago até 19/12/2018, parte da parcela incontroversa nos autos do Precatório, na ordem de R\$ 87.745 mil, corrigidos até 30/04/2013, conforme conta apresentada pelo Estado, que deverá sofrer atualização monetária de acordo com os novos parâmetros de atualização estabelecidos pelo STF. Importante frisar, que o pagamento da diferença do valor que constará do precatório para o montante de R\$ 145.363 mil, deverá ser pago até 2020.

Cumprir destacar que sobre o valor que o Serpros tem a receber incidirão honorários advocatícios, a razão de 3%, conforme estabelecido do contrato de prestação de serviços, provisionados no Exigível da Gestão Previdencial no montante de R\$ 4.361 mil.

Do valor a receber, deduzindo os honorários, o Serpro fará jus ao montante a ser calculado no percentual de 42,72499%, conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O montante provisionado em 2013 no Exigível da Gestão Previdencial foi de R\$ 60.243 mil.

Letras de Santa Catarina	PSI	PSII BD	PSII CD	2016	2015
Valor Incontroverso (Ativo)	83.257	12.393	49.713	145.363	207.469
(-) Honorários Advocatícios (Passivo)	2.498	372	1.491	4.361	6.224
(-) Reversão do Contrato do Aporte (Passivo)	-	12.021	48.222	60.243	120.486
Valor Líquido a Receber	80.759	-	-	80.759	80.759

Em R\$ Mil

(ii) Contrato de Confissão de Dívida Chapecó

	PSI	PSII BD	PSII CD	2017	2016
Contrato de Confissão de Dívida Chapecó	17.605	2.045	8.209	27.859	27.859

Em R\$ Mil

O valor a receber é decorrente do Contrato de Cessão, Repactuação e Confissão de Dívida, relativo às debêntures de emissão da Chapecó, adquiridas em 12/05/95. Devido à falência da companhia, decretada em 29/04/2005, o valor da dívida foi habilitado no quadro geral de credores. Em virtude do estado falimentar da companhia, o valor foi totalmente provisionado.

Em dezembro de 2013, a Diretoria Executiva, fundamentada em Parecer Técnico da área jurídica e tendo como base o relatório de acompanhamento processual elaborado pelo Síndico da Massa Falida, homologado pelo Juízo, decidiu reverter a provisão para crédito de liquidação duvidosa e registrar o valor incontroverso, reconhecendo o crédito de R\$ 27.859 mil.

Em maio de 2015 o Serpros participou da audiência de homologação em que estiveram presentes, também, o BNDES, o International Finance Corporation (IFC) e o Banco do Brasil, concordando com a venda extraordinária dos bens que tiveram seus laudos avaliativos homologados.

Em outubro de 2017 foi acolhida pelo juízo a habilitação do crédito e foi determinado que seja incluído no quadro geral de credores da falência, a importância reconhecida como crédito com direitos reais de garantia (Classe I, art. 102, I, Dec-Lei n. 7.661/45).

9. Permanente

Permanente	2017	2016
Imobilizado	14.866	15.373
Móveis e Utensílios	166	196
Máquinas e equipamentos	279	337
Veículos	34	51
Equipamentos de informática	285	522
Imóveis	14.102	14.267
Intangível	608	1.107
Total	15.474	16.480

Em R\$ Mil

10. Exigível Operacional

A composição do saldo do exigível operacional está demonstrada a seguir:

Exigível Operacional	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	2017	2016
Gestão Previdencial	1.840	13.650	52.222	-	-1.811	65.901	66.273
Benefícios a pagar	1.311	217	-	-	-	1.528	1.244
Retenções a recolher	462	535	-	-	-	997	1.417
Outras exigibilidades	67	12.898	52.222	-	-1.811	63.376	63.612
Gestão Administrativa	-	-	-	2.149	-	2.149	1.964
Contas a pagar	-	-	-	1.775	-	1.775	1.457
Retenções a recolher	-	-	-	191	-	191	167
Tributos a recolher	-	-	-	102	-	102	340
Outras exigibilidades	-	-	-	81	-	81	-
Investimentos	4.197	591	2.468	-	-113	7.143	4.645
Fundos de investimento	1	11	8	-	-	20	-
Investimentos imobiliários	-	-	-	-	-	-	2
Empréstimos e financiamentos	2	-	4	-	-	6	251
Outras exigibilidades	4.194	580	2.456	-	-113	7.117	4.392
Total	6.037	14.241	54.690	2.149	-1.924	75.193	141.119

Em R\$ Mil

10.1. Outras Exigibilidades/Gestão Previdencial

Estão registrados os compromissos assumidos pelos Planos de Benefícios relativos à Gestão Previdencial, representa, basicamente, o registro da provisão do valor a pagar ao Serpro, no montante de R\$ 60.243 mil, conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo), quando do recebimento do montante das Letras de Santa Catarina.

10.2. Exigível Operacional da Gestão Administrativa

Estão registrados os compromissos a pagar pelo Serpros, relativos à Gestão Administrativa.

Destacam-se as ações judiciais que questionam a constitucionalidade do art. 3º da Lei nº 9.718/98. Tal normativo determina como base de cálculo do PIS e da Cofins o faturamento, entendido, no § 1º do art. 3º, como receita bruta, a totalidade das receitas auferidas da pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida. Pela relevância da matéria e a fim de resguardar o patrimônio dos participantes e assistidos, o Serpros ingressou com essas ações judiciais para garantir o direito de não se sujeitar à cobrança de tais contribuições. Desde 2002 o Serpros estava depositando judicialmente os valores determinados. A partir de janeiro de 2015, em observância a Lei nº 12.973/14, o Serpros passou a recolher as contribuições diretamente para a União.

(i) PIS

O Serpros questionou a cobrança do PIS, nos autos da Ação ordinária nº 2002.51.01.022138-0, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que lhe obrigue a recolher a contribuição sobre receitas, uma vez que não auferir receita própria. A sentença de 1º Grau julgou procedente o pedido, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue o Serpros a recolher a Contribuição ao PIS na forma da Lei 9.718/98, prevalecendo para efeito de recolhimento o previsto na Lei Complementar 7/70. O Serpros apresentou Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores (STJ e STF). O TRF da 2ª Região, em exame preliminar de admissibilidade, negou seguimento aos recursos do Serpros, decisões estas mantidas pelos Tribunais Superiores.

Não havendo mais a possibilidade de recursos, ocorreu o trânsito em julgado da decisão que determinou ao Serpros recolher o PIS com base no faturamento previsto no art. 3º Lei nº 9.715/98.

Vale ressaltar que, em dezembro de 2012, por orientação dos nossos advogados, e considerando o teor da decisão final transitada em julgado na ação, que determinou o recolhimento do PIS com base no faturamento previsto no art. 3º da Lei 9.715/98, bem como o fato do Serpros não apurar base de cálculo nos termos fixados na decisão, concluiu-se pela impossibilidade de recolhimento do referido tributo. Dessa forma, a Diretoria Executiva, em reunião do dia 16/01/2013, Ata nº 02, decidiu suspender, a partir de dezembro, os depósitos judiciais realizados, mês a mês, a título de PIS (apurado com base na Lei 9.718/98).

Cabe salientar que a decisão judicial obtida no processo de PIS, que lhe desobrigou do recolhimento da contribuição, vigorou até os fatos geradores de 31/12/2014. O Serpros aguarda o deferimento do seu pedido de levantamento dos depósitos judiciais de PIS, o que está em discussão no Agravo de Instrumento nº 2015.00.00.003068-0 que tramita no TRF-2. O montante depositado judicialmente foi de R\$ 2.998 mil.

(ii) Cofins

O Serpros questiona a cobrança da Cofins, nos autos da Ação Ordinária nº 2002.34.00.034298-3, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que lhe obrigue a recolher a contribuição sobre receitas, uma vez que não auferir receita própria. Em segunda instância, o TRF da 1ª Região entendeu ser legítima a cobrança da Cofins e determinou que a contribuição recaia sobre as contribuições vertidas pelos participantes. Em vista dessa decisão, apresentamos Embargos de Declaração, com o objetivo de que o Tribunal se manifestasse sobre disposto no art. 69 da LC 109/01, que impede a incidência de qualquer tributação sobre as contribuições vertidas por participantes. Entretanto, o Tribunal não acolheu os argumentos dos embargos apresentados, motivo pelo qual foi interposto Recursos Especial e Extraordinário para os Tribunais Superiores (STJ e STF). Cumpre observar que o Recurso Especial foi provido pelo STJ, que anulou acórdão do TRF-1 e, assim, determinou que fosse realizado novo julgamento acerca dos Embargos de Declaração apresentados. Em 01/09/2015, o TRF-1 proferiu novo julgamento e negou provimento aos Embargos de Declaração. Em seguida, foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores.

O assunto, de repercussão geral, será apreciado pelo STF de uma única vez e de maneira idêntica, gerando efeito multiplicador e sobrestamento dos processos até a decisão do Tribunal. O montante depositado judicialmente foi de R\$ 17.329 mil.

10.3. Outras Exigibilidades/Investimentos

Registra os compromissos dos investimentos, inclusive dos valores referentes à concessão de empréstimos e financiamentos solicitados pelos participantes e não creditados, dentro do mês. Referem-se, principalmente, aos honorários advocatícios contratuais da ação referente à Letra do Tesouro de Santa Catarina, no valor de R\$ 4.361 mil, e honorários advocatícios sucumbenciais da Empresa S.A. Indústria e Comércio Chapecó, no valor de R\$ 2.607 mil.

11. Exigível Contingencial

Estão contabilizados os valores em litígio com a possibilidade de desembolso, conforme a seguir demonstrado:

Exigível Contingencial	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2017	2016
Gestão Previdencial	1.821	10.164	-	-	11.985	23.824
Expurgos Inflacionários	1.367	220	-	-	1.587	14.477
Outras ações previdenciárias	454	9.944	-	-	10.398	9.347
Gestão Administrativa	-	-	-	61	61	61
Investimentos	1.259	140	553	-	1.952	1.952
Total	3.080	10.304	553	61	13.998	49.661

Em R\$ Mil

11.1. Gestão Previdencial

O Serpros constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes daquelas classificadas pela área Jurídica como perda provável. São 25 ações no PS-I e 23 ações no PS-II BD relacionadas aos pleitos: expurgos inflacionários e outras ações previdenciárias considerando o histórico das causas e os critérios atuariais. Essas ações ajuizadas possuem depósitos judiciais conforme nota 6.4.

Em agosto de 2017 a probabilidade de perda dos processos judiciais referentes aos expurgos inflacionários do PS-II foi reclassificada pelo jurídico, de PROVÁVEL para POSSÍVEL, tendo em vista o julgamento do recurso repetitivo de controvérsia, em que firmou tese sob nº 943. Essa reclassificação gerou uma reversão de R\$ 13.779 mil.

11.2. Gestão Administrativa

Processo ajuizado em 09/2013, em face de Facebook Serviços Online Brasil Ltda, uma vez que os dirigentes tomaram conhecimento que eram mantidos na Rede “FACEBOOK” perfis e grupos que, de má-fé e, sem qualquer autorização, estavam utilizando o nome Serpros em seus conteúdos, inserindo conversas inverídicas com intuito de macular a imagem do Serpros e seus dirigentes. Apesar do Serpros ser Autor nesta ação, foi condenado em 20% sobre o valor atualizado da causa, acrescido dos honorários advocatícios. O processo está em grau de recurso no STJ e caso seja mantida a improcedência da ação judicial, o valor deve ficar próximo ao valor contingenciado de R\$ 61 mil.

11.3. Exigível Contingencial de Investimentos

O Estado de Pernambuco, sob o argumento de constatação de ilegalidades no processo de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Pernambuco, no ano de 1996, destinadas a obter recursos para o pagamento de precatórios judiciais, propôs perante a 5ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Ação Ordinária anulatória contra Vetor Negócios, contra o Serpros e contra vários outros réus, pretendendo a declaração de nulidade de tais títulos e a condenação da sociedade Vetor Negócios e Participações S/A ao ressarcimento do valor do deságio concedido para a negociação dos aludidos títulos e também da importância paga a título de “taxa de sucesso” para emissão e colocação no mercado dos mesmos títulos.

No decorrer do processo, o Estado de Pernambuco e o Serpros, de forma irrevogável e irratável, transigiram sobre os seus recíprocos direitos e interesses, oportunidade em que o Estado de Pernambuco reconheceu a validade e eficácia das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Pernambuco, como firmes boas e válidas. O Serpros, por sua vez, autorizou à União Federal a custodiar junto à Cetip, os títulos federais que lhe serão entregues em substituição aos de emissão da LFTEPE, determinada quantidade, atingindo o valor de R\$ 976 mil, que correspondeu, exatamente, ao valor do deságio controverso, por ele, Serpros, percebido quando da aquisição das LFTEPE, devidamente atualizado, para o dia 27/12/1999. Ficou também determinado no acordo que as Letras custodiadas ficariam à ordem do Juízo da 5ª Vara de Fazenda Estadual da Comarca de Recife, até o julgamento final da ação em curso, para serem entregues à parte que o Juízo, por sentença, julgar legítima proprietária, em razão dos acontecimentos objeto desta ação, na parte agora controversa. O processo encontra-se concluso desde 29 de outubro de 2015, não havendo movimentação relevante.

O valor considerado para a posição em balanço é o de R\$ 1.952 mil, com base nas informações processuais acessíveis.

12. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios foram avaliadas, segundo cálculos realizados pelo atuário interno, de acordo com as informações relativas a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio em vigor.

Provisões Matemáticas	PSI	PSII BD	PSII CD	2017	2016
Benefícios Concedidos	1.543.057	758.142	-	2.301.199	2.000.820
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.543.057	758.142	-	2.301.199	2.000.820
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.293.795	643.524	-	1.937.319	1.658.186
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	249.262	114.618	-	363.880	342.634
Benefícios a Conceder	787.596	90.420	1.903.408	2.781.424	2.900.852
Contribuição Definida	-	-	1.903.408	1.903.408	1.951.179
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	-	-	583.640	583.640	549.405
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	-	1.319.768	1.319.768	1.401.774
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	755.960	-	-	755.960	836.110
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	903.032	-	-	903.032	996.686
Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(73.536)	-	-	(73.536)	(80.288)
Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(73.536)	-	-	(73.536)	(80.288)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	31.636	90.420	-	122.056	113.563
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	37.773	278.794	-	316.567	305.617
Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.069)	(94.187)	-	(97.256)	(96.027)
Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(3.068)	(94.187)	-	(97.255)	(96.027)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(109.164)	-	-	(109.164)	(109.183)
Déficit Equacionado	(109.164)	-	-	(109.164)	(109.183)
Patrocinadores	(54.582)	-	-	(54.582)	(54.592)
Participantes	(21.374)	-	-	(21.374)	(24.704)
Assistidos	(33.208)	-	-	(33.208)	(29.887)
Total	2.221.489	848.562	1.903.408	4.973.459	4.792.489

Em R\$ Mil

12.1. Plano PS-I

Observou-se que a provisão matemática de benefícios concedidos apresentou uma variação positiva de 12,17% e a provisão matemática de benefícios a conceder uma variação negativa de 9,38%. Tais variações são resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados neste exercício, dos quais destaca-se a alteração da taxa real anual de juros e a movimentação ocorrida na massa de participantes em decorrência do programa de aposentadoria incentivada realizado pela patrocinadora.

A provisão matemática a constituir, equivalente à amortização das contribuições extraordinárias (de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008), apresentou uma variação negativa de 0,02%, também resultante da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros e pela amortização de um ano do período total considerado, de 16,5 anos conforme apresentado no encerramento do exercício de 2015.

12.2. Plano PS-II

A provisão matemática de benefícios concedidos apresentou no exercício um acréscimo de 21,27%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados neste exercício, dos quais destaca-se a alteração da taxa real anual de juros e a movimentação ocorrida em decorrência do programa de aposentadoria incentivada da patrocinadora.

A provisão matemática de benefícios a conceder, referente à parcela de Benefício Definido, apresentou neste exercício uma variação positiva de 12,26%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros.

Com relação à provisão matemática relativa à parcela de contribuição definida, observou-se uma redução de 2,45%. Tal variação decorre da variação da cota do plano, de 3,97%, conjugada com as contribuições realizadas para o plano e a movimentação de participantes, onde destaca-se a movimentação ocorrida com o programa de aposentadoria incentivada realizado pela patrocinadora em 2017.

No exercício de 2017 foram realizadas as seguintes movimentações nas deduções do plano da Gestão Previdencial na parcela CD: (i) Resgate, R\$ 128.115 mil; (ii) Portabilidade, R\$ 329 mil; e (iii) Aposentadorias/Migrações para a modalidade BD, R\$ 122.398 mil.

12.3. Hipóteses Atuariais

12.3.1. Plano PS-I

Hipótese	2017	2016
Taxa de juros	5,94% a.a.	5,69% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	-	-
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	-	-
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	-	-
Fator de capacidade para os salários	97,80	97,59
Fator de capacidade para os benefícios	97,80	97,59
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49
Tábua de morbidez	-	-
Tábua de entrada em invalidez	GRUPAL AMERICANA	GRUPAL AMERICANA
Rotatividade	1% até 47 anos e 0% a partir de 48	1% até 47 anos e 0% a partir de 48

12.3.2. Plano PS-II BD

Hipótese	2017	2016
Taxa de juros	5,83% a.a.	5,78% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	3,61% a.a.	3,61% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	-	-
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	-	-
Fator de capacidade para os salários	97,80	97,59
Fator de capacidade para os benefícios	97,80	97,59
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada 10%	AT-2000 Suavizada 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49
Tábua de morbidez	Experiência STEA Suavizada	Experiência STEA Suavizada
Tábua de entrada em invalidez	GRUPAL AMERICANA	GRUPAL AMERICANA
Rotatividade	Saída 1% até 47 anos e 0% a partir de 48	Saída 1% até 47 anos e 0% a partir de 48

13. Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado dos Planos de Benefícios demonstra o excedente de recursos para cobertura dos seus compromissos. De acordo com a nova redação dada ao Artigo 7º e 8º da Resolução CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008, atualizados pela Resolução CNPC nº 22 de 2 de novembro de 2015, o resultado superavitário do Plano de Benefícios, deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, para a garantia dos benefícios contratados, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano}) \times \text{provisão matemática}]$, o que for menor. Eventuais excessos são destinados a formação da Reserva Especial para Revisão do Plano, considerando a duração do passivo de cada plano.

O Déficit Técnico Acumulado dos Planos de Benefícios demonstra a insuficiência de recursos para cobertura dos seus compromissos. Está apurado em conformidade com os dispositivos legais. Eventuais equacionamentos obedecerão aos critérios estabelecidos no artigo 28º da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, atualizados pela Resolução MPS/CGPC nº 22, de 25/11/2015.

Descrição	2017	2016
Superávit Técnico	316.360	368.567
Reserva de Contingência	191.520	158.783
PSII BD	191.520	158.783
Reserva Especial para Revisão do Plano	124.840	209.784
PSII BD	124.840	209.784
Déficit Técnico	(162.399)	(90.114)
Déficit Técnico	(162.399)	(90.114)
PSI	(162.399)	(90.114)
Resultados Realizados	153.961	278.453

Em R\$ Mil

13.1. Ajuste de Precificação

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e definições da Instrução Previc nº19, de 04 de fevereiro de 2015, o Serpros calculou o ajuste de precificação, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado.

A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação.

13.1.1. Plano PS-I

Duração do Passivo: 10,47

Duração do Ativo: 6,65

CÁLCULO AJUSTE NTN-B E NTN-C			
DADOS PARA CÁLCULO			
Data da Carteira:	31/12/2017		
Taxa de Juros Real Anual:	5,67 %		
POSIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	VLR DO AJUSTE
NTN-B Accrual	374.659.674,12	393.580.064,47	18.920.390,34
NTN-C Accrual	619.301.460,36	628.359.992,64	9.058.532,28
TOTAL	993.961.134,48	1.021.940.057,10	27.978.922,62

Após o ajuste do ativo, o PS-I apresenta um déficit no valor de R\$ 134.420 mil. Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado, apurado em 31/12/17, é inferior ao limite de déficit de R\$ 143.430 mil, o resultado do plano não obriga o equacionamento de imediato, conforme disposto na Resolução CGPC nº 22/2015.

13.1.2. Plano PS-II

Duração do Passivo: 12,57

Duração do Ativo: 9,01

CÁLCULO AJUSTE NTN-B E NTN-C

DADOS PARA CÁLCULO			
Data da Carteira:	31/12/2017		
Taxa de Juros Real Anual:	5,58 %		

POSIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	VLR DO AJUSTE
NTN-B Accrual	322.428.004,15	339.328.174,49	16.900.170,34
NTN-C Accrual	-	-	-
TOTAL	322.428.004,15	339.328.174,49	16.900.170,34

Uma vez que o plano está superavitário, o ajuste de precificação não é aplicável.

14. Fundos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os fundos estão assim constituídos:

Fundos	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	2017	2016
Previdenciais	-	171.313	17.961	-	-	189.274	179.276
Compensação de Cotas Excedentes	-	-	17.961	-	-	17.961	14.858
Cobertura Anti-seleção de Risco	-	15.625	-	-	-	15.625	14.680
Longevidade	-	155.688	-	-	-	155.688	149.738
Administrativo	45.638	17.314	40.605	103.557	-103.557	103.557	100.641
Investimentos	3.607	212	2.409	-	-	6.228	5.406
Quota de Quitação por Morte	2.489	174	1.610	-	-	4.273	3.450
De Oscilação e Risco	1.118	38	799	-	-	1.955	1.956
Total	49.245	188.839	60.975	103.557	-103.557	299.059	285.323

Em R\$ Mil

14.1. Gestão Previdencial

Fundos com destinação específica constituídos com recursos da Gestão Previdencial, de acordo com a nota técnica específica e podem ser assim resumidos:

14.1.1. PS-II BD

- **Fundo de Cobertura Anti-Seleção de Risco** – Destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do ingresso de participantes com perfil etário/salarial discrepante daquele que serve de base para a elaboração do plano de custeio dos benefícios de risco do plano.
- **Fundo de Longevidade** – Destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do aumento da expectativa de vida relativamente à experiência de mortalidade adotada na avaliação do Plano de Benefícios.

14.1.2. PS-II CD

Fundo de Compensação Cotas Excedentes – Destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do Plano de Benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.

14.2. Gestão Administrativa

O fundo é utilizado para a cobertura das despesas administrativas a serem realizadas pela entidade na administração dos seus Planos de Benefícios, na forma prevista no seu regulamento e plano de custeio.

É constituído ou revertido mensalmente e consiste no resultado apurado entre as receitas e despesas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados no mercado financeiro referente ao Plano de Gestão Administrativa (PGA).

14.3. Investimentos

Os Fundos dos Investimentos são constituídos com recursos cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos, conforme estabelecido no regulamento em vigor e podem ser assim resumidos:

Fundos Investimentos – Quota de Quitação por Morte – Constituído para garantia dos empréstimos concedidos a participantes em caso de falecimento do devedor.

Fundos Investimentos – Fundo de Oscilação e Risco – Calculado sobre as prestações de empréstimos para cobrir futura inadimplência.

15. Gestão Administrativa

Registros e controles inerentes às atividades da administração dos Planos de Benefícios.

O Serpros, atendendo à determinação legal contida na Resolução CGPC 29/09, efetuou suas operações administrativas em conformidade com o regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), aprovado pelo interventor, conforme DC INTERV 06/16, de 21/12/2016.

O quadro abaixo representa as movimentações da gestão administrativa, incluindo as fontes de custeio e as despesas administrativas, com um aumento de R\$ 2.916 mil no Fundo Administrativo:

Detalhamento	2017	2016
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	100.641	89.047
Custeio da Gestão Administrativa	27.196	35.787
Despesas Administrativas	-24.280	-24.193
Pessoal e Encargos	-14.839	-14.213
Treinamentos / congressos e seminários	-271	-354
Viagens e estadias	-413	-372
Serviços de terceiros	-3.843	-3.665
Despesas gerais	-1.134	-1.248
Depreciações e amortizações	-1.149	-1.155
Tributos	-1.841	-2.109
Outras Despesas	-790	-1.077
Aumento/Diminuição do Fdo Administrativo	2.916	11.594
Fundo Administrativo do Exercício Atual	103.557	100.641

Em R\$ Mil

O Fundo Administrativo sofreu uma variação positiva de 2,9% com relação ao fechamento de 2016. Esse acréscimo foi em razão, principalmente, da rentabilidade positiva do Fundo de Investimento do PGA.

No saldo da conta Outras Despesas, representando 3,25% das despesas administrativas, estão registradas as provisões para crédito de liquidação duvidosa dos encargos devidos pelo Serpro sobre a taxa de carregamento e sobre multa administrativa pelo atraso no repasse das contribuições.

16. Consolidação das Demonstrações Contábeis

Foram realizados os ajustes e eliminações de consolidação em atendimento ao disposto nos itens 28 e 29 da Instrução Normativa MPS/SPC 34/09, em 31 de dezembro de 2017, conforme a seguir:

Ativo	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	Consolidado
Disponível	42	15	68	48	-	173
Realizável	2.117.410	1.378.291	2.019.558	90.245	-105.481	5.500.023
Gestão Previdencial	4.113	12.313	10.521		-1.809	25.138
Gestão Administrativa	45.638	17.315	40.605	1.003	-103.660	901
Investimentos	2.067.659	1.348.663	1.968.432	89.242	-12	5.473.984
Fundos de Investimento	1.893.763	1.326.353	1.861.961	89.242	-	5.171.319
Investimentos Imobiliários	49.127	5.674	22.925	-	-	77.726
Empréstimos e Financiamentos	23.837	2.140	25.476	-	-	51.453
Depósitos Judiciais / Recursais	58	57	99	-	-	214
Outros Realizáveis	100.874	14.439	57.971	-	-12	173.272
Permanente	-	-	-	15.474	-	15.474
Imobilizado	-	-	-	14.866	-	14.866
Intangível	-	-	-	608	-	608
Total do Ativo	2.117.452	1.378.306	2.019.626	105.767	-105.481	5.515.670

Em R\$ Mil

Passivo	PS-I	PS-II BD	PS-II CD	PGA	Consolidação	Consolidado
Exigível Operacional	6.037	14.241	54.690	2.149	-1.924	75.193
Gestão Previdencial	1.840	13.650	52.222	-	-1.811	65.901
Gestão Administrativa	-	-	-	2.149	-	2.149
Investimentos	4.197	591	2.468	-	-113	7.143
Exigível Contingencial	3.080	10.304	553	61	-	13.998
Gestão Previdencial	1.821	10.164	-	-	-	11.985
Gestão Administrativa	-	-	-	61	-	61
Investimentos	1.259	140	553	-	-	1.952
Patrimônio Social	2.108.335	1.353.761	1.964.383	103.557	-103.557	5.426.479
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.059.090	1.164.922	1.903.408	-	-	5.127.420
Provisões Matemáticas	2.221.489	848.562	1.903.408	-	-	4.973.459
Benefícios Concedidos	1.543.057	758.142	-	-	-	2.301.199
Benefícios a Conceder	787.596	90.420	1.903.408	-	-	2.781.424
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-109.164	-	-	-	-	-109.164
Equilíbrio Técnico	-162.399	316.360	-	-	-	153.961
Resultados Realizados	-162.399	316.360	-	-	-	153.961
Superávit Técnico Acumulado	-162.399	316.360	-	-	-	153.961
Fundos	49.245	188.839	60.975	103.557	-103.557	299.059
Fundos Previdenciais	-	171.313	17.961	-	-	189.274
Fundos Administrativos	45.638	17.314	40.605	103.557	-103.557	103.557
Fundos dos Investimentos	3.607	212	2.409	-	-	6.228
Total do Passivo	2.117.452	1.378.306	2.019.626	105.767	-105.481	5.515.670

Em R\$ Mil

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, Compensações de Fluxos Previdenciais”, Participação no Plano de Gestão Administrativa”, e “Participação no Fundo Administrativo PGA”, conforme demonstrado abaixo:

17. Outras Informações

17.1. Ativos Contingentes

(i) OFND – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

O Serpros, juntamente com outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24/07/1986 foi obrigado a adquirir, no exercício de 1986, até 30% das suas reservas técnicas nos títulos denominados Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND's), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, a Lei nº 7.738 de 09/03/1989, extinguiu a OTN e adotou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) como parâmetro de atualização monetária. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 04/06/1990, informou às entidades de previdência que o rendimento das OFND's, indexado ao valor do BTN, deixaria de acompanhar a variação do IPC. Foi ainda expedida a Portaria nº 948/911 para impedir que as entidades fechadas recorressem ao Judiciário com o intuito de fazer prevalecer o IPC como índice de atualização e para não poderem utilizar as OFND's como meio de pagamento em processo licitatório do Programa Nacional de Desestatização.

Em virtude da expressa violação de direitos configurada, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), em nome de suas associadas, ajuizou ação cautelar (processo nº 91.0106582-3 perante a 10ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) e ação ordinária (processo nº 91.0123902-3 em trâmite perante a 23ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro) contra a União Federal, o BNDES e o FND visando receber a devida remuneração pelos títulos obrigatoriamente adquiridos. Este processo transitou em julgado, sendo que a decisão reconheceu que os títulos OFND's deveriam ser corrigidos pelo IPC ao invés da BTN, assegurando os direitos do Serpros, como das demais associadas.

Com os direitos judicialmente assegurados, no exercício de 2010, a Diretoria Executiva procedeu ao registro contábil do êxito na demanda judicial sobre os expurgos inflacionários nas OFND's no plano PS-I. Tal decisão baseou-se nos pareceres externos emitidos pelos escritórios JCM&B Advogados e Consultores, Figueiredo & Silva Advogados e Carlos Mafra de Laet. Advogados requeridos pela Abrapp em nome de suas associadas, assim como pelo parecer técnico emitido pela Assessoria Jurídica da entidade, que corroborou com o entendimento de ambos os pareceres externos. Contudo, em 29/12/2011, a Diretoria Executiva, conforme registro da Ata nº 56, deliberou pela reversão do registro contábil da demanda judicial em consideração à determinação contida no ofício emitido pela Previc nº 4701, de 14 de outubro de 2011, o qual determinou que a entidade procedesse a referida reversão contábil ainda neste exercício.

Por fim, registramos que o processo judicial se encontra em fase de execução para cumprimento de sentença transitada em julgado.

O montante estimado da causa em 2010 alcançava aproximadamente R\$ 39.423 mil. Tendo em vista o status do processo, o valor não será reconhecido contabilmente até que se tenha um posicionamento líquido e certo.

17.2. Passivos Contingentes

Os objetos com probabilidade de perda possível representam R\$ 3.823 mil no PS-I e R\$ 14.466 mil no PS-II BD, em 31 de dezembro de 2017, totalizando 15 ações no PS-I e 71 ações no PS-II BD.

18. Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes foram avaliados até 01 de março de 2018, que é à data da aprovação das Demonstrações Contábeis, pela Diretoria Executiva.

Reconhecemos a exatidão do presente relatório.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2017.

Ana Maria Mallmann Costi

Diretora Presidente
CPF 418.015.801-97

Sérgio Ricardo Vieira

Diretor de Investimentos
CPF 572.002.977-04

**Tatiana Cardoso
Guimaraes da Silva**

Diretora de Seguridade
CPF 075.220.447-58

**Tatiana Rios dos Santos
Gelain**

Contadora – CRC/RJ 079940/O-3
CPF 047.865.637-81

Paula Martignoni

Atuária - MIBA 1071
CPF 028.619.987-41

3.8 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



**Fernando Motta
& Associados**

www.fmotta.com.br
RUA SANTA RITA DURÃO, 444 – 3º ANDAR – FONE: (0xx) 31 32213500
FAX: 32211177 – 30.140-110 – BELO HORIZONTE – MG
AV. ALMIRANTE BARROSO, 63/1317 – FONE: (0xx) 21 2262-1099
FAX: 2262-3430 – 20.031-000 – RIO DE JANEIRO – RJ

RJPAR 018/008

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores do
SERPROS – Fundo Multipatrocinado
Rio de Janeiro – RJ

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por Planos de Benefícios que compreendem a demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do SERPROS – Fundo Multipatrocinado e individual dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2017, o desempenho, consolidado e por Planos de Benefícios, de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 7 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfases

a. Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito Administrativo

Considerado fato relevante, destacamos a publicação, no DOU Nº154, Seção I, página 17, de 11/08/2017 da Decisão nº 25/2017/DICOL/PREVIC, em que o Colegiado da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e nos termos do Parecer nº 494/2017/ CDC II, CGDC/DICOL, determinou o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens daqueles indiciados, mencionados no Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito Administrativo, ato punitivo sem qualquer afetação no patrimônio social do SERPROS Fundo Multipatrocinado.

Na 366ª Sessão Ordinária da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, realizada em 07/08/2017, acerca do Parecer nº 494/2017/ CDC II, CGDC/DICOL, que trata do Relatório Conclusivo lavrado pela Comissão de Inquérito Administrativo instalada para apuração das causas que levaram à intervenção do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, a Diretoria por unanimidade, aprovou o citado Parecer, nos termos do processo nº 44011.000413/2016-51.

Em Ata da 371ª Sessão Ordinária da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, realizada em 18/09/2017, a cerca da suspensão da proposta de encerramento da intervenção no SERPROS, a Diretoria Colegiada aprovou o Relatório Final e Conclusivo, nos termos do processo nº 44011.006750/2017-98.

b. Regime Normal de Gestão

Destaque para a suspensão da 2ª intervenção que transcorreu no período no período de 06/09/2016 a 17/08/2017, a partir dessa data o SERPROS Fundo Multipatrocinado passa a ser gerido sob o regime normal, com o retorno de uma estrutura de governança, composta por Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Na Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 17/08/2017, o interventor do SERPROS Fundo Multipatrocinado, em transmissão de cargo reuniu-se com os Conselheiros Eleitos e Indicados, em seguida foram indicadas e aprovadas as nomeações da Diretora Presidente e da Diretora de Seguridade. Posteriormente, na Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo realizada em 24/08/2017 foi aprovado a indicação e nomeação do Diretor de Investimento.

c. Fundo de Investimento CREDIT – Bloqueio Judicial de Títulos Públicos

Ressaltamos que continuam penhorados na sua integralidade os títulos públicos NTN – B, vencimentos 2023 e 2050, integrantes da carteira do Fundo de Investimento CREDIT, pelas razões mencionadas na nota explicativa 8.1.2.2.4.

d. Provisão para Créditos Duvidosos – Fundos Multimercado

Observa-se no quadro divulgado na nota explicativa 8.1.2.2.1 que os Administradores dos Fundos constituíram provisões para perdas dos títulos privados inadimplentes e essas provisões afetaram a posição financeira e patrimonial dos Planos. A variação entre os saldos de 31.12.2016 e 31.12.2017 foi de acréscimo no montante de R\$101.946 mil, conforme balanço patrimonial consolidado. As provisões constituídas representavam 12,40% (2017) e 10,67% (2016) do total dos recursos alocados nos Fundos Multimercado.

e. Fundos de Investimentos em Participações

- a) Atentar para o quadro divulgado na nota explicativa 8.1.2.4 que demonstra variações negativas nos patrimônios de determinados Fundos de Investimentos, com destaques para os Fundos Ático Energia e FP 2, com reduções de patrimônio de R\$9.755 mil e R\$93.133 mil (100% do patrimônio), respectivamente. Cabe salientar que o Fundo Bioenergia apresenta patrimônio negativo no montante de R\$9.571 mil
- b) Atentar para os fatos relevantes mencionados nas notas 8.1.2.4 item (iii) e (V) sobre os investimentos FIP LSH e FIP ETB, respectivamente.

4. Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais dos planos do exercício de 2016, ora acompanhadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de abril de 2017, opinião com ressalva, tendo em vista que não tiveram acesso ao Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito decorrente da decretação da intervenção. Os auditores independentes não puderam opinar a esse respeito, por considerar limitação na execução de seus exames e impossível quantificar eventuais valores e efeitos nos resultados. Dessa forma, emitiram ressalva, quanto aos eventuais efeitos. Ademais, o relatório, apresenta parágrafos de Ênfases intitulados, “Intervenção PREVIC”, “Políticas de Investimentos”, “Contribuições Contratadas em Atraso” e “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Master III”. O relatório dos auditores independentes, ora elaborado, não apresenta opinião com ressalva, bem como, não divulga os respectivos parágrafos de ênfases.

5. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor.

A Administração é responsável por outras informações que constam dos documentos, Relatório Anual de Informações e Demonstrativo Atuarial que tem prazo para divulgação pública e encaminhamento à PREVIC, até 30 de abril e 31 de março de 2018, respectivamente, os quais, nesta data, não estão concluídos. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidada, nossa responsabilidade é a de identificar se essas “Outras Informações”, estão de forma adequada e consistentes com as demonstrações contábeis e notas explicativas, a esse respeito nada temos a relatar dado à sua inexistência.

6. Responsabilidade da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da perenidade dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a solvência e liquidez desses planos, pela avaliação da capacidade da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a perenidade dos Planos e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração e a governança desejem liquidar os Planos, ou não tenham alternativas realistas para evitar a extinção dos mesmos.

Os responsáveis pela Governança são aqueles, com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis, bem como, pela perenidade dos planos de benefícios assegurando sua liquidez e solvência.

7. Responsabilidade do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da EFPC;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da EFPC e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da EFPC. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da EFPC;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2018.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG – 757/O – F – RJ

Luiz Otavio Souza Rosa
Contador – CRCRJ – 116.523/O

Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador – CRCRJ – 046.114/O

3.9 PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal do Serpros - Fundo Multipatrocinado, conforme disposto no Estatuto Social, examinou as **Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017** – aprovadas, em 1º de março de 2018, pela Diretora-Presidente Ana Maria Mallmann Costi, pela Diretora de Seguridade Tatiana Cardoso Guimarães da Silva, pelo Diretor de Investimentos Sergio Ricardo Vieira, pela Contadora Tatiana Rios dos Santos Gelain e pela Atuária Paula Martignoni - compostas por: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado (DMPS), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD - PSI, Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD - PSII, Demonstração do Ativo Líquido do Plano CD - PSII, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano (DMAL) BD - PSI, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano (DMAL) BD - PSII, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano (DMAL) CD - PSII, Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) BD - PSI, Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) BD - PSII, Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) CD – PSII.

Considerando os pareceres do Atu rio do Plano de Benefícios Serpro I e do Plano de Benefícios Serpro II, emitidos em 08 de març o de 2018, e parecer da Fernando Motta & Associados – Auditores Independentes, por meio do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis (RJPAR 018/008), emitido em 09 de març o de 2018, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações contábeis retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpros - Fundo Multipatrocinado em 31 de dezembro de 2017, as mutações patrimoniais e os resultados de suas operações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as diretrizes contábeis estabelecidas pelos órgãos normativos e reguladores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente na Resolução CNPC n  8, de 31/10/2011, alterada pela Resolução CNPC n 12, de 19/08/2013, Instrução MPS/SPC n  34, de 24/09/2009 e Instrução MPS/P Previc n  5, de 08/09/2011 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

Ante o exposto, concluímos favoravelmente   aprovação pelo Conselho Deliberativo – CDE das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Serpros - Fundo Multipatrocinado relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, recomendando o devido encaminhamento desta documenta o para apreciação pelo Conselho Deliberativo.

Rio de Janeiro, 16 de març o de 2018

Luiz Antonio Martins
Presidente do Conselho Fiscal

Mario Evangelista da Silva Neto
Conselheiro

Ivo Torres
Conselheiro

Mauro Antonio Faraco
Conselheiro

3.10 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em, 23 de março de 2018

DELIBERAÇÃO

APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2017

O CONSELHO DELIBERATIVO DO SERPROS Fundo Multipatrocinado, usando da competência que lhe confere o inciso XI do artigo 12 do Estatuto do Serpros;

CONSIDERANDO os pareceres do atuário responsável pelos planos PS-I e PSII datado de 08/03/2018 (Anexo 1), o parecer favorável da auditoria independente Fernando Motta & Associados datado de 09/03/2018 (Anexo 2) e de acordo com a legislação específica da previdência complementar em vigor; e

CONSIDERANDO ainda, o parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 16/03/2018 (anexo 3), aprovando sem ressalvas as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2017,

DELIBERA:

Art. 1º APROVAR o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis e financeiras, encerradas em 31 de dezembro de 2017, após o exame dos documentos apresentados, considerando-os em condições de serem encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Art. 2º Dar conhecimento desta Deliberação aos participantes e assistidos na forma legal.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Fernando Nunes Bento
Presidente

Mauro Roberto Simião
Conselheiro

Ricardo César de Moura Jucá
Conselheiro

Paulo Roberto de Oliveira
Conselheiro

Jorge Luiz Guimarães Barnasque
Conselheiro

Alexandre José Valadares
Conselheiro

4. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

4.1 O CENÁRIO ECONÔMICO EXTERNO E INTERNO

4.2 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

4.3 DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

4.4 RENTABILIDADES

4.5 CUSTOS

4.1 O CENÁRIO ECONÔMICO EXTERNO E INTERNO

O ano de 2017 foi marcado por uma série de acontecimentos políticos e econômicos que influenciaram o portfólio de investimento do Serpros.

No cenário mundial, vimos a continuidade no crescimento da economia dos EUA, China e Europa. A demanda por energia continuou crescente, o desemprego nos EUA continua numa tendência de queda. Os indicadores econômicos apontam que a economia americana se recuperou e continua numa tendência de alta, com solidez no mercado de trabalho e melhora das expectativas. Com isso, haverá uma continuidade na elevação da taxa de juros dos EUA.

No Brasil, o cenário econômico foi marcado pelo PIB retornando lentamente a crescer, um cenário de inflação controlada acima das expectativas, o que levou a uma aceleração na queda das taxas de juros do Banco Central do Brasil (Bacen), atingindo o patamar de 7% ao ano em dezembro de 2017. A liberação do saldo do FGTS impulsionou esse modesto crescimento, bem como a aprovação da reforma trabalhista, que fez o mercado tornar-se mais otimista em relação ao cenário econômico brasileiro.

A rentabilidade do Serpros no ano foi abaixo do esperado, principalmente devido aos provisionamentos dos investimentos malsucedidos realizados no passado. O objetivo foi manter o que vinha sendo realizado durante a intervenção, de comprometimento fiduciário e a eficácia no desenvolvimento das atividades de investimento, atuando de forma proativa na recuperação dos ativos.

A nova Diretoria busca demonstrar transparência em todas as análises e decisões realizadas, e entende que o pior já passou. Agora o momento é de iniciar a recuperação desta rentabilidade, tendo em vista sempre todos os riscos envolvidos para que os problemas do passado não voltem a acontecer.

4.2 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O desenvolvimento da Política de Investimento para os próximos anos buscou enfatizar a transparência, a atenção aos riscos, buscando garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

A nova política tentou manter a essência conservadora da intervenção, mas para buscar uma recuperação da rentabilidade, algumas alterações foram necessárias, principalmente com o cenário de taxas de Títulos Públicos não ser mais atrativo frente a meta atuarial estabelecida para os planos.

As Políticas de Investimento apresentam as diretrizes para a aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelos Serpros cujas principais características são:

PLANOS	CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS – CNPB	META ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA
PLANO SERPROS I – PSI	198.000.161.8	INPC + 5,94% a.a.
PLANO SERPROS II – PSII	199.800.777.4	INPC + 5,83% a.a.
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA		INPC + 5,83% a.a.

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetiva e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792/2009. Essa alocação foi definida com base em estudo de ALM.

SEGMENTO	ALOCAÇÃO DOS RECURSOS (em %)									
	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	PSI		PSII			PGA		
			LIMITES INFERIOR	SUPERIOR	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES INFERIOR	SUPERIOR	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	93,00%	84,00%	100,00%	76,79%	60,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	1,50%	0,00%	8,00%	7,00%	0,00%	15,50%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	20,00%	2,50%	0,00%	3,80%	11,00%	0,00%	14,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%	0,00%	1,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	8,00%	2,00%	0,00%	5,00%	1,00%	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações/ Participantes	15,00%	1,00%	0,00%	5,00%	1,36%	0,00%	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%

A alocação objetivo foi definida considerando a alocação estratégica dos cenários de mercado elaborados pelo Serpros e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração das Políticas de Investimento.

A estratégia de diversificação na alocação dos ativos tem por finalidade mitigar o risco de concentração em uma classe de ativos. Desta forma, a valorização de um ativo compensaria a perda e/ou desvalorização de outros da carteira de investimento.

A diversificação adotada seguirá os limites por modalidade de investimento, dispostos nas tabelas a seguir:

O Serpros observa em relação aos recursos de cada plano por ela administrado, os seguintes limites de alocação por emissor para novos investimentos:

LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR			
Modalidades de investimento	PSI	PSII	ADM
TESOURO NACIONAL	100,00%	100,00%	100,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	20,00%	20,00%	0,00%
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00%	0,00%	0,00%
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	2,00%	6,00%	0,00%
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00%	0,00%	0,00%
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00%	0,00%	0,00%
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	1,00%	1,00%	0,00%
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	1,00%	1,00%	0,00%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	1,50%	4,00%	0,00%
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,00%	5,00%	0,00%

O Serpros observa considerada a soma dos recursos por ela administrados, os seguintes limites para novos investimentos:

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR			
Emissores	PSI	PSII	ADM
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	3,00%	3,00%	0,00%
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	3,00%	3,00%	0,00%
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	1,00%	1,00%	0,00%
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00%	0,00%	0,00%
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	25,00%	25,00%	0,00%
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	1,00%	1,00%	0,00%
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	1,00%	1,00%	0,00%
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00%	0,00%	0,00%

O Serpros observa, considerada a soma dos recursos por ela administrados, os seguintes limites para novos investimentos:

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO			
Emissores	PSI	PSII	ADM
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	13,00%	13,00%	0,00%
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	25,00%	25,00%	0,00%
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00%	0,00%	0,00%

As vedações da Política anterior foram quase todas mantidas: apenas os fundos multimerca-
do foram incluídos nas opções de investimento.

4.3 DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

No encerramento de 2017, os recursos garantidores encontravam-se enquadrados perante a legislação vigente e as Políticas de Investimento.

Consolidado					
Programa de Investimentos	Dec/2017		CMN	% 12 meses	% mês
Renda Fixa	4.602.711	86,84%	100,00%	4,26%	0,57%
Carteira Própria	4.598.528	86,76%	-	4,17%	0,49%
Carteira Terceirizada	4.182	0,08%	-	871,63%	884,19%
FIDC	4.182	0,08%	-	871,63%	884,19%
Renda Variável	256.365	4,84%	70,00%	9,88%	4,99%
Fundos Exclusivos	256.365	4,84%	-	9,88%	4,99%
Estruturados	312.244	5,89%	20,00%	-35,65%	-24,71%
Fundos de Participações	312.244	5,89%	20,00%	-35,65%	-24,71%
Emprést./Financ. Imobiliários	51.453	0,97%	15,00%	-3,22%	-1,00%
Empréstimos	48.831	0,92%	15,00%	-3,88%	-1,21%
Financiamentos Imobiliários	2.622	0,05%	10,00%	10,97%	3,08%
Imóveis	77.726	1,47%	8,00%	-0,61%	-0,06%
Imóveis em carteira	77.726	1,47%	8,00%	-0,61%	-0,06%
Disponível	173	-	-	-	-
Depósitos Judiciais/Recurais	214	-	-	-	-
Outros Realizáveis	166.054	-	-	-	-
Exigíveis de Investimentos	(1.972)	-	-	-	-
Recursos Garantidores	5.464.968	100%	-	0,57%	-1,17%

Segregado por Plano		Valores em R\$ Mil							
		PS-I		PS-II BD		PS-II CD		PS-II CONSOLIDADO	
1.773.843	90,19%	1.174.884	88,06%	1.564.742	81,91%	2.739.626	84,44%	89.242	100%
1.771.759	90,09%	1.174.884	88,06%	1.562.643	81,80%	2.737.527	84,37%	89.242	100%
2.084	0,11%	-	0,00%	2.098	0,11%	2.098	0,06%	-	0,00%
2.084	0,11%	-	0,00%	2.098	0,11%	2.098	0,06%	-	0,00%
84.773	4,31%	33.173	2,49%	138.419	7,25%	171.592	5,29%	-	0,00%
84.773	4,31%	33.173	2,49%	138.419	7,25%	171.592	5,29%	-	0,00%
35.147	1,79%	118.296	8,87%	158.801	8,31%	277.097	8,54%	-	0,00%
35.147	1,79%	118.296	8,87%	158.801	8,31%	277.097	8,54%	-	0,00%
23.837	1,21%	2.140	0,16%	25.476	1,33%	27.616	0,85%	-	0,00%
21.546	1,10%	2.140	0,16%	25.145	1,32%	27.285	0,84%	-	0,00%
2.291	0,12%	0	0,00%	331	0,02%	331	0,01%	-	0,00%
49.127	2,50%	5.674	0,43%	22.925	1,20%	28.599	0,88%	-	0,00%
49.127	2,50%	5.674	0,43%	22.925	1,20%	28.599	0,88%	-	0,00%
42		15		68		83		48	
58		57		99		156		-	
96.680		13.859		55.515		69.374		-	
(1.260)		(150)		(562)		(712)		-	
2.062.247	100%	1.347.948	100%	1.965.483	100%	3.313.431	100%	89.290	100%

Abaixo a distribuição dos recursos distribuídos por segmentos.

RECURSOS GARANTIDORES (Em R\$ mil)							
SEGMENTOS	2016	2017	PSI BD	PSII BD	PSII CD	PSII	PGA
Total	5.397.437	5.472.197	2.066.441	1.348.528	1.967.938	3.316.466	89.290
Ações - Renda Variável	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos	5.095.946	5.171.319	1.893.763	1.326.353	1.861.961	3.188.314	89.242
Ações - Carteira Terceirizada	219.009	256.365	84.773	33.173	138.419	171.592	0
SERPROS FIA MEARAS	109.926	113.073	38.970	14.449	59.654	74.103	-
SERPROS FIA GERIBÁ	54.079	73.036	23.346	9.544	40.146	49.690	-
SERPROS FIA KENOBI	55.004	70.256	22.457	9.180	38.619	47.799	-
Multimercado	4.390.402	4.598.528	1.771.759	1.174.884	1.562.643	2.737.527	89.242
BOTAFOGO FIM CP	147.015	34.839	8.379	13.009	13.451	26.460	-
FIM STARK CP	1.703.447	1.763.380	1.763.380	-	-	-	-
FIM CREDIT CP	2.455.531	2.711.067	-	1.161.875	1.549.192	2.711.067	-
FIM PGA CP	84.409	89.242	-	-	-	-	89.242
Direitos Creditórios	979	4.182	2.084	-	2.098	2.098	-
FIDC Multisetorial Master III	979	4.182	2.084	-	2.098	2.098	-
Participações	485.556	312.244	35.147	118.296	158.801	277.097	-
FIP ÁTICO FLORESTAL	44.498	29.670	5.664	6.761	17.245	24.006	-
FIP ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA	1.556	34.743	11.524	13.246	9.973	23.219	-
FIP PATRIARCA PRIVATE EQUITY	21.550	1.671	-	954	717	1.671	-
FIP LA Shopping Centers	30.136	21.293	4.883	2.768	13.642	16.410	-
FIP INFRA SANEAMENTO	88.431	53.330	-	21.541	31.789	53.330	-
FIP LSH	79.057	88.159	-	36.079	52.080	88.159	-
FIP ETB	72.800	92.949	13.076	42.382	37.491	79.873	-
FIP BIOENERGIA	54.415	-9.571	-	-5.435	-4.136	-9.571	-
FIP FP2	93.113	-	-	-	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos Imobiliários	78.285	77.726	49.127	5.674	22.925	28.599	-
Empréstimos e Financiamentos	53.227	51.453	23.837	2.140	25.476	27.616	-
Depósitos Judiciais/Recursais	19	214	58	57	99	156	-
Disponível	2.098	173	42	15	68	83	48
Outros	173.267	173.284	100.874	14.439	57.971	72.410	-
Exigível de Investimentos	-5.406	-1.972	-1.260	-150	-562	-712	-

Abaixo a distribuição dos recursos distribuídos classes de ativos.

ALOCÇÃO	2017	2016
Títulos Públicos	4.379.014	3.961.463
NTN-C (IGP-M)	702.645	706.788
NTN-B (IPCA)	2.787.631	3.045.817
LFT	643.255	-
LTN-Over (Compromissadas)	245.483	208.858
Ativos Privados	792.305	1.134.483
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	101.640
Letras Financeiras subordinada (LFS)	-	31.185
Debêntures	211.189	292.252
Inepar	42.847	42.847
Provisão para devedores duvidosos INEPAR	(42.847)	(42.847)
Bingen Securitizadora	16.808	16.331
Provisão para devedores duvidosos Bingen	(16.808)	(16.331)
Elektro	10.099	19.669
SIFCO	59.714	59.713
Provisão para devedores duvidosos SIFCO	(59.714)	(59.713)
BRAZPEIXES	72.360	72.360
Provisão para devedores duvidosos BRAZPEIXES	(72.360)	(72.360)
BR FOOD	114.862	114.862
Provisão para devedores duvidosos BR FOOD	(114.862)	(114.862)
GSP PROPERTIES	27.561	26.563
SPE Solair	77.875	68.199
Provisão para devedores duvidosos SPE Solair	(77.875)	-
Rodovias do Tietê	65.886	64.577
X-Nice	121.256	113.244
Provisão para devedores duvidosos X-nice	(13.613)	-
CCI	-	-
S&E Empreendimentos	29.494	28.599
Provisão para devedores duvidosos S&E	(29.494)	(28.599)
CESTO	48.075	45.644
Provisão para devedores duvidosos CESTO	(48.075)	(45.644)
CTESO	95.001	88.345
Provisão para devedores duvidosos CTESO	(95.001)	(88.345)
FI-RF (Hungria)	8.411	4.006
- Valores a Receber/Pagar	(86)	(144)
Fundo de Investimentos em Ação - FIA	256.365	219.009
Serpros FIA Mearas	113.073	109.926
Serpros FIA Geribá	73.036	54.079
Serpros FIA Kenobi	70.256	55.004
Direitos Creditórios	4.182	979
FIDC Multisetorial Master III	4.182	979
Estruturados - Fundo de Investimento em Participação	312.244	485.556
FIP Atico	34.743	44.498
FIP Patriarca	1.671	1.556
FIP Usina Invest Malls	21.293	21.550
FIP Ático Florestal	29.670	30.136
FIP LSH	88.159	88.431
FIP ETB	92.949	79.057
FIP Bioenergia	(9.571)	72.800
FIP Infrasaneamento	53.330	54.415
FIP FP2	-	93.113
Total	5.171.319	5.095.946

4.4 RENTABILIDADES

As rentabilidades são apuradas mensalmente pelo método de cotas. Abaixo as rentabilidades consolidadas por planos e por segmentos:

Performance Global das Carteiras de Investimentos do SERPROS	2016	01/17	02/17	03/17	04/17	05/17	06/17	07/17	08/17	09/17	10/17	11/17	12/17
SERPROS	12,32	1,04	1,50	0,81	0,18	-0,04	0,66	1,50	-0,29	0,91	-0,57	-0,07	0,33
PSI	13,49	1,23	1,45	0,76	-0,08	-0,21	0,36	1,33	1,06	1,04	-0,08	0,17	0,70
PSII	11,43	0,92	1,52	0,83	0,32	0,05	0,84	1,58	-1,13	0,86	-0,90	-0,21	0,09
PSII BD	11,73	0,70	1,51	0,85	0,28	0,12	0,89	1,52	-1,96	0,79	-1,02	-0,15	-0,28
PSII CD	11,21	1,06	1,52	0,81	0,35	0,00	0,80	1,62	-0,53	0,96	-0,81	-0,26	0,36
PGA	18,08	1,22	1,82	1,43	0,59	0,20	0,60	2,54	1,06	1,06	0,56	0,04	0,96
META ATUARIAL - PSI	13,50	0,62	0,90	0,72	0,80	0,56	0,84	0,18	0,65	0,45	0,46	0,85	0,66
META ATUARIAL - PSII	13,58	0,61	0,90	0,71	0,79	0,55	0,84	0,17	0,64	0,44	0,45	0,85	0,65
META ATUARIAL - PGA	13,58	0,61	0,90	0,71	0,79	0,55	0,84	0,17	0,64	0,44	0,45	0,85	0,65
CDI	13,99	1,08	0,86	1,05	0,79	0,93	0,81	0,80	0,80	0,64	0,64	0,57	0,54
IBOVESPA	38,91	7,38	3,08	-2,52	0,64	-4,12	0,30	4,80	7,46	4,88	0,02	-3,15	6,16
IBrX	36,75	7,21	3,30	-2,35	0,88	-3,66	0,30	4,91	7,35	4,69	-0,13	-3,38	6,35

RENTABILIDADES POR COTAS

SEGMENTOS/ PLANOS	2016	01/17	02/17	03/17	04/17	05/17	06/17	07/17	08/17	09/17	10/17	11/17	12/17	2017
RENDA FIXA	14,69	0,88	1,67	0,97	0,15	0,13	0,38	1,60	1,13	0,89	-0,63	0,32	0,32	8,07
PSI	14,72	1,07	1,52	0,85	-0,13	-0,11	0,21	1,32	1,05	0,97	-0,06	0,41	0,72	8,09
PSII	14,55	0,74	1,76	1,04	0,33	0,29	0,49	1,75	1,18	0,84	-1,04	0,28	0,04	7,94
PSII – BD	14,43	0,69	1,76	1,04	0,33	0,29	0,49	1,76	1,15	0,83	-1,16	0,28	-0,16	7,51
PSII – CD	14,63	0,78	1,76	1,04	0,33	0,29	0,49	1,75	1,20	0,85	-0,95	0,28	0,19	8,28
PGA	18,08	1,22	1,82	1,43	0,59	0,20	0,60	2,54	1,06	1,06	0,56	0,04	0,96	12,74
FIM STARK	17,45	1,30	1,52	0,85	-0,14	-0,12	0,20	1,30	0,99	1,01	0,42	0,40	1,05	9,12
FIM CREDIT	17,30	1,24	1,78	1,04	0,32	0,28	0,47	1,72	1,12	0,93	-0,06	0,27	0,86	10,42
FIM BOTAFOGO	-18,93	-14,17	1,27	1,09	0,58	0,63	1,15	2,96	1,89	-2,15	-34,71	0,46	-47,74	-68,35
FIM PGA	18,08	1,22	1,82	1,43	0,59	0,20	0,60	2,54	1,06	1,06	0,56	0,04	0,96	12,74
FIDC MASTER III	97,13	-1,72	-1,91	1,18	-0,24	-1,62	0,14	-9,78	571,29	-1,95	-0,91	57,45	1518,70	14.276,70
ESTRUTURADOS	-5,60	-0,07	-0,04	-0,05	-0,06	-0,28	2,83	-0,06	-14,92	-0,15	-0,06	-1,62	-2,26	-16,52
PSI	-10,03	-0,05	-0,04	-0,05	-0,05	-0,05	3,15	-0,05	-0,03	-0,12	-0,04	-0,04	-4,78	-2,29
PSII	-4,91	-0,07	-0,04	-0,05	-0,07	-0,31	2,79	-0,06	-17,11	-0,15	-0,07	-1,91	-1,80	-18,60
PSII – BD	-3,05	-0,07	-0,04	-0,05	-0,06	-0,38	3,23	-0,06	-21,06	-0,13	-0,07	-2,43	-2,31	-22,99
PSII – CD	-6,17	-0,07	-0,04	-0,05	-0,07	-0,26	2,43	-0,06	-13,73	-0,17	-0,06	-1,49	-1,39	-14,83
FIP ÁTICO	-1,56	-0,14	-0,11	-0,14	-0,11	-0,13	-0,13	-0,13	-0,14	-0,12	-0,13	-0,12	-20,82	-21,92
FIP PATRIARCA	11,64	0,93	0,72	0,80	0,64	0,66	0,61	0,60	0,57	0,44	0,44	0,39	0,34	7,38
FIP LA SHOPPING CENTERS	-56,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,14	-0,01	-0,01	-0,01	-1,17
FIP ÁTICO FLORESTAL	-1,56	-0,14	-0,11	-0,14	-0,11	-0,14	-0,13	-0,13	-0,14	-0,13	-0,13	-0,12	-0,12	-1,53
FIP LSH	15,49	-0,03	-0,02	-0,03	-0,02	-0,03	-0,03	-0,03	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,29
FIP ETB	1,27	-0,02	-0,02	-0,01	-0,02	-0,02	17,83	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	17,58
FIP BIOENERGIA	-14,85	-0,07	-0,01	-0,03	-0,04	-1,67	-0,26	-0,08	-103,70	7,20	1,92	-230,42	-0,52	-94,87
FIP INFRA SANEAMENTO	1,13	-0,26	-0,13	-0,17	-0,29	0,00	-0,16	-0,17	-0,18	-0,16	-0,17	-0,16	-0,16	-1,99
FIP FP2	-1,09	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	0,04	0,03	0,01	0,01	-0,01	0,01
RENDA VARIÁVEL	9,32	6,54	1,90	-0,47	0,56	-3,30	1,51	3,03	2,78	3,99	-0,55	-4,54	4,99	17,07
PSI	9,20	6,48	1,86	-0,46	0,54	-3,36	1,49	2,98	2,66	3,94	-0,56	-4,59	4,98	16,52
PSII	9,36	6,56	1,92	-0,47	0,57	-3,27	1,51	3,06	2,84	4,01	-0,55	-4,51	4,99	17,32
PSII – BD	9,33	6,55	1,91	-0,47	0,57	-3,29	1,51	3,05	2,82	4,00	-0,55	-4,52	4,99	17,22
PSII – CD	9,38	6,57	1,92	-0,47	0,57	-3,27	1,51	3,06	2,85	4,01	-0,55	-4,51	4,99	17,35
SERPROS FIA GERIBÁ	0,53	10,09	3,39	-1,90	1,15	-2,91	1,32	4,96	6,15	7,57	-0,36	-4,33	6,39	35,04
SERPROS FIA MEARAS	6,15	5,03	0,73	-0,21	-0,03	-4,78	1,18	1,60	-0,65	2,72	-0,77	-6,07	4,68	2,87
SERPROS FIA KENOBI	27,78	6,05	2,69	0,49	1,11	-0,87	2,29	3,76	5,54	2,55	-0,38	-2,22	4,05	27,71
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES - GLOBAL	25,46	2,98	1,50	2,44	3,06	1,94	1,30	2,43	-	-	-	-	-	16,72
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES - PSI	22,63	2,33	1,62	2,07	1,71	1,99	1,36	1,98	-	-	-	-	-	13,81
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES - PSII BD	34,43	1,98	2,15	0,41	2,13	2,19	1,81	1,83	-	-	-	-	-	13,18
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES - PSII CD	27,26	3,63	1,33	2,94	4,39	1,87	1,20	2,87	-	-	-	-	-	19,67
IMÓVEIS	5,45	0,28	0,11	0,01	0,10	0,06	-0,04	0,72	0,12	0,14	0,04	0,08	0,10	1,73
META ATUARIAL - PSI	12,49	0,62	0,90	0,72	0,80	0,56	0,84	0,18	0,65	0,45	0,46	0,85	0,66	7,99
META ATUARIAL - PSII	12,55	0,61	0,90	0,71	0,79	0,55	0,84	0,17	0,64	0,44	0,45	0,85	0,65	7,88
META ATUARIAL - PGA	12,55	0,61	0,90	0,71	0,79	0,55	0,84	0,17	0,64	0,44	0,45	0,85	0,65	7,88
CDI	13,99	1,08	0,86	1,05	0,79	0,93	0,81	0,80	0,80	0,64	0,64	0,57	0,54	9,93
IBOVESPA	38,91	7,38	3,08	-2,52	0,64	-4,12	0,30	4,80	7,46	4,88	0,02	-3,15	6,16	26,84
IBrX	36,75	7,21	3,30	-2,35	0,88	-3,66	0,30	4,91	7,35	4,69	-0,13	-3,38	6,35	27,55

4.5 CUSTOS

Os custos foram apurados mensalmente e segregados por planos

2017	PSI	PSII BD	PGA	CONSOLIDADO
Folha de Pagamentos	2.825	4.768	130	7.723
Despesas Administrativas	951	1.604	44	2.599
Taxa de Administração Fundos	438	1.254	-	1.692
Carteira Própria	216	524	-	740
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira de Participações	216	718	-	934
Carteira Terceirizada Renda Variável	6	12	-	18
Taxa de Controladoria	9	16	-	25
Carteira Própria	9	16	-	25
Carteira de Participações	-	-	-	-
Carteira Terceirizada Renda Variável	-	-	-	-
Gestão Terceirizada	890	1.925	-	2.815
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira de Participações	25	181	-	206
Carteira Terceirizada Renda Variável	865	1.743	-	2.608
Agente Custodiante	109	240	4	353
Carteira Própria	100	165	4	269
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira de Participações	6	69	-	75
Carteira Terceirizada Renda Variável	3	6	-	9
Taxa Performance	-	-	-	-
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira Terceirizada Renda Variável	-	-	-	-
Carteira de Participações	-	-	-	-
Auditoria Contábil/Gestão	33	54	-	87
Carteira Própria	21	36	-	57
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira de Participações	8	10	-	18
Carteira Terceirizada Renda Variável	4	8	-	12
Corretagem Renda Variável	-	-	-	-
Carteira Própria	-	-	-	-
Carteira Terceirizada Renda Variável	-	-	-	-
Corretagem Imóveis	-	-	-	-
Assessoria de Investimentos	18	31	1	50
Consultorias	86	151	4	241
Avaliação de Riscos	1	2	-	3

Sistema de Controle/Gestão de invest.	88	148	4	240
Taxa CVM	100	173	7	280
Carteira Própria	69	85	7	161
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira de Participações	14	54	-	68
Carteira Terceirizada Renda Variável	17	35	-	52
CETIP	131	229	19	379
Carteira Própria	112	183	19	314
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira de Participações	2	12	-	14
Carteira Terceirizada Renda Variável	17	35	-	52
SELIC	47	49	3	99
Carteira Própria	46	46	3	95
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira de Participações	-	1	-	1
Carteira Terceirizada Renda Variável	1	2	-	3
Taxa ANBIMA	9	12	4	25
Carteira Própria	6	6	4	16
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira de Participações	-	-	-	-
Carteira Terceirizada Renda Variável	3	6	-	9
CBLC	3	5	-	8
Carteira Própria	-	-	-	-
Carteira Terceirizada Renda Variável	3	5	-	8
Despesas Jurídicas	122	101	-	223
Carteira Própria	102	57	-	159
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira de Participações	20	45	-	65
Carteira Terceirizada Renda Variável	-	-	-	-
Outras despesas (Cartório, publicação etc.)	54	95	2	151
Carteira Própria	46	77	2	125
Carteira Terceirizada Renda Fixa	-	-	-	-
Carteira de Participações	8	17	-	25
Carteira Terceirizada Renda Variável	-	-	-	-
TOTAL	5.914	10.857	222	16.993

Relação Custos x Recursos Garantidores

5. PARECER ATUARIAL

5.1 PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO I

5.2 PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO II

5.1 PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO I

1. Introdução

O Plano de Benefícios Serpro I (PS-I) é estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas provisões matemáticas são avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

Destaca-se que este plano está fechado a novas adesões (em extinção) desde 1996 e foi saldado em 1º de abril de 2013.

2. Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro de 31/12/2017, utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

3. Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano pautou-se no método do Prêmio Nivelado Coletivo, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e normas vigentes.

Até o fechamento do exercício de 2012, o método adotado para a avaliação do Plano de Benefícios Serpro I (PS-I) era o Agregado, originário da concepção do plano. Em novembro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio do Relatório de Fiscalização Nº 27/2013/ERRJ/Previc, determinou a alteração do método de financiamento para o método do Prêmio Nivelado.

4. Provisões Matemáticas

Consignadas no balanço da entidade em 31/12/2017, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios Serpro I (PS-I) foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior:

CONTAS	Valores em R\$	
	dez/16	dez/17
PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.135.607.800,05	2.221.489.499,80
Benefícios Concedidos	1.375.664.577,21	1.543.056.758,57
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.375.664.577,21	1.543.056.758,57
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	1.136.886.779,21	1.293.795.225,24
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	238.777.798,00	249.261.533,33
Benefícios a Conceder	869.126.665,06	787.596.613,67
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	836.109.920,90	755.960.779,11
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	996.686.910,28	903.032.202,23
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-80.288.494,69	-73.535.711,56
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-80.288.494,69	-73.535.711,56
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Não Programado	33.016.744,16	31.635.834,56
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	39.342.617,00	37.773.207,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-3.162.936,42	-3.068.686,22
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-3.162.936,42	-3.068.686,22
PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR	-109.183.442,22	-109.163.872,44
Déficit Equacionado	-109.183.442,22	-109.163.872,44
Patrocinadoras	-54.591.721,11	-54.581.936,22
Participantes	-24.704.273,74	-21.373.665,22
Assistidos	-29.887.447,37	-33.208.271,00

No encerramento deste exercício comparativamente a dezembro de 2016, observou-se que a provisão matemática de benefícios concedidos apresentou uma variação positiva de 12,17% e a provisão matemática de benefícios a conceder uma variação negativa de 9,38%. Tais variações são resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise, dos quais destaca-se a alteração das premissas de juros e inflação e a movimentação ocorrida na massa de participantes em decorrência do programa de aposentadoria incentivada realizado pela patrocinadora. A provisão matemática a constituir, equivalente à amortização das contribuições extraordinárias (de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008), apresentou uma variação negativa de 0,02%, também resultante da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros e pela amortização de um ano do período total considerado, de 16,5 anos conforme apresentado no encerramento do exercício de 2015.

5- Precificação do Ativo

O valor do ajuste de precificação, disposto na Resolução CNPC 16/2014, corresponde à diferença entre o valor dos Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. O valor do ajuste, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit.

Ressalte-se que o ajuste está restrito aos Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Conforme disposto na Portaria Previc 80/2018, utilizando a planilha eletrônica divulgada pela Previc, a diferença entre o valor dos Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual de 5,67%a.a. e o valor contábil desses títulos para o plano PS-I, considerando os requisitos dispostos no art. 9º da Instrução Previc 19/2015, totaliza R\$ 27.978.922,62 conforme discriminado no quadro a seguir:

POSIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	374.659.674,12	393.580.064,47	18.920.390,34
NTN-C	619.301.460,36	628.359.922,64	9.058.532,28
TOTAL	993.961.134,48	1.021.940.057,10	27.978.922,62

Valores em R\$

6- Resultado do Exercício

6.1 - Resultado antes do ajuste do ativo

O balanço patrimonial de 31/12/2017 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$ 2.059.090.470,33, inferior às provisões matemáticas avaliadas em R\$ 2.221.489.499,80, conduzindo a um déficit técnico de R\$ 162.399.029,47.

A rentabilidade das cotas do plano, no exercício, foi de 6,11%, inferior à exigência atuarial de 8,00%, esta última composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 5,94% a.a.

O aumento do déficit em 80,22% em relação ao encerramento do exercício anterior foi devido principalmente à redução da taxa de juros conjugada com o fato da rentabilidade acumulada da cota no ano ter sido inferior à meta atuarial do plano.

6.2 - Resultado após o ajuste do ativo

Conforme art. 10 da Instrução Previc 19/2015, para fins de equacionamento de déficit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.

De acordo com o anexo à Resolução CNPC 16/2014, o ajuste do PS-I conforme necessidade de equilíbrio técnico está disposto no quadro a seguir:

Descrição	Dez-16	Dez-17
Apuração do Equilíbrio técnico ajustado		
a) Resultado Realizado	-90.113.882,78	-162.399.029,47
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-90.113.882,78	-162.399.029,47
b) Ajuste de Precificação	20.249.406,27	27.978.922,62
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-69.864.476,51	-134.420.106,85

Valores em R\$

Após o ajuste do ativo, o PS-I apresenta um déficit no valor de R\$ 134.420.106,85. A cobertura das provisões matemáticas face ao ativo líquido patrimonial é de 93,95% em dezembro de 2017.

Considerando o equilíbrio técnico ajustado observado no encerramento do exercício de 2017, o plano ainda apresenta insuficiência patrimonial. De acordo com a Resolução CGPC 26/2008, alterada pela Resolução CNPC 22/2015, o plano de equacionamento deverá ser elaborado e aprovado até o final do exercício subsequente se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo – 4) x Provisão Matemática

Aplicando a fórmula acima, como a duração do passivo do PS-I é de 10,47 anos, temos que o limite do déficit acumulado é de 6,47% do valor da provisão matemática. Como o déficit técnico ajustado, equivalente a 6,05% do valor da provisão matemática do plano, é inferior ao limite previsto para equacionamento, não é necessária a elaboração de plano de equacionamento.

O ajuste de precificação impactou o plano de forma a reduzir o déficit técnico. Para a definição da marcação dos títulos entre as categorias mercado e vencimento foi considerada a capacidade financeira do plano através do estudo de Assets Liability Management (ALM) que tem como objetivo identificar a alocação de ativos que apresenta melhor resultado através da mitigação dos riscos de liquidez e solvência dos planos. No estudo de liquidez para geração de recursos financeiros para honrar as obrigações previdenciárias com os pagamentos

dos benefícios, são considerados como ativos, que atendem diretamente ao fluxo de caixa do passivo, investimentos com liquidez e vencimento programado como a Renda Fixa, Títulos Públicos e Privados. São desconsiderados, para atendimento ao fluxo de caixa do passivo, os ativos provisionados como perda e os com baixo nível de liquidez, o qual incluem: Fundo de Investimentos em Participações, Ativos Imobiliários e os outros realizáveis.

7- Custeio Administrativo

Procedemos à avaliação atuarial adotando as fontes e o critério de custeio administrativo aprovados pelo Conselho Deliberativo do Serpros em reunião realizada em dezembro de 2017, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, para vigência a partir de 1º/1/2018. Mediante avaliação específica realizada indicou-se a viabilidade da utilização conjugada de recursos do Fundo Administrativo constituído e sua rentabilidade, carregamento administrativo de 2,20% a.m., que incidirá sobre as contribuições vertidas aos planos, receita da administração de empréstimos e resultados dos investimentos.

A taxa de carregamento administrativo foi reduzida de 3,75% a.m. para 2,20% a.m. A redução na taxa tem impacto positivo no resultado do plano de R\$ 7.898.228,07, pois a redução do montante das contribuições destinado ao custeio administrativo implica no aumento das contribuições previdenciárias e consequente redução da provisão matemática.

8 – Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa um dos principais riscos na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos.

Para tanto, o Serpros realiza estudo técnico de acordo com a legislação vigente e acompanhamento anual das premissas atuariais visando identificar as premissas mais aderentes a cada plano.

As premissas utilizadas na avaliação, para a vigência a partir de 1º/1/2018, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC 109/2001 e Resolução CGPC 18/2006.

Na tabela a seguir estão dispostas as premissas aprovadas comparativamente ao exercício anterior:

Premissa	2016/2017	2017/2018
Taxa de Inflação	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Juros	5,94%a.a.	5,67%a.a.
Crescimento Salarial	0,00%a.a.	0,00%a.a.
Desligamento	1% até 47 anos e 0% após.	1% até 47 anos e 0% após.
Mortalidade Geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Grupal Americana	Grupal Americana
Morbidez	Experiência Stea suavizada	Experiência Stea suavizada
Herdeiros	Experiência Serpro	Experiência Serpro

Desde o Saldamento do plano, não há mais adoção da premissa de crescimento salarial.

Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, respeitando os limites legais vigentes, foram alteradas as premissas concernentes a inflação e taxa de juros.

Para a determinação do fator de capacidade, toma-se por base estudo realizado pela área de Investimento do Serpros, que apontou uma perspectiva de inflação média no longo prazo de 4,5% a.a. O impacto desta alteração foi o aumento do passivo do plano em R\$ 4.644.266,58.

Para definição da taxa real de juros a ser adotada no exercício de 2018 e demonstração de aderência e adequação, foi realizado pela consultoria I9Advisory, em conformidade com as Resoluções CNPC 15 e 16, de 2014, e Instrução Previc 23/2015, estudo técnico que indicou a taxa de retorno do plano igual a 5,67% a.a., já considerando a adoção dos resultados dos investimentos como fonte de custeio para as despesas administrativas. Desta forma, foi aprovada a adoção da taxa de juros de 5,67% a.a. para o PS-I. O impacto desta alteração foi o aumento do passivo do plano em R\$ 60.793.928,94.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alteração.

9 – Custos do Plano

A metodologia adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente à última avaliação, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos e patrocinadores em relação ao valor atual da folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

Custo global dos* benefícios	Dez-16	Dez-17
	44,63%	148,74%

**Considera o ajuste do patrimônio de cobertura do plano, conforme item 5 deste parecer*

Contribuições	Dez-16	Dez-17
Patrocinadores	188,48%	277,76%
Normal	145,92%	217,37%
Extraordinária	42,55%	60,39%
Participantes Ativos	2,03%	2,05%
Normal	0,00%	0,00%
Extraordinária	2,03%	2,05%
Assistidos	12,50%	12,50%
Normal	9,26%	9,26%
Extraordinária	3,24%	3,24%

** A partir de 2015 as contribuições extraordinárias estão sendo amortizadas pelo período de 16,5 anos.*

Verifica-se um aumento significativo do custo global dos benefícios, que está condizente com o aumento do déficit do plano em decorrência, principalmente, da alteração da premissa de taxa de juros. Além do aumento do déficit, contribuiu para o aumento do custo global a redução da massa de participantes ativos em decorrência do APA 2016/2017, que implicou na redução do valor atual da folha dos participantes ativos.

O percentual de contribuições dos patrocinadores considera o valor de contribuições relativas a ativos e assistidos, dividido pelo valor atual da folha salarial.

10 – Conclusão

Desde o Saldamento os riscos inerentes ao plano foram minimizados, já que deixou de ser dependente do nível salarial dos participantes ativos e do valor do benefício do INSS. Contudo, como o plano é da modalidade de Benefício Definido, dependente da rentabilidade patrimonial, deve-se manter o monitoramento constante, visando o equilíbrio do plano.

Com a legislação que trata sobre a definição da taxa de juros, devem-se observar os limites mínimos e máximo para a meta atuarial, sendo que pelo critério vigente esses limites poderão variar anualmente em função da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média.

Verifica-se que o agravamento da situação deficitária do plano em 2017 ocorreu devido principalmente à redução da taxa de juros em dez/17 conjugada com o fato da rentabilidade acumulada da cota no ano ter sido inferior à meta atuarial do plano.

Após o ajuste de precificação dos ativos, o déficit técnico ajustado, equivalente a 6,05% do valor da provisão matemática do plano, é inferior ao limite legal previsto na Resolução CNPC 22/2015. Portanto, não há necessidade de elaboração de plano de equacionamento de déficit.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2018.

Paula Martignoni
ATUÁRIA – MIBA No 1071

Arthur de Araujo Godinho Luzia
ATUÁRIA – MIBA No 2353

5.2 PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO II

1.Introdução

O Plano de Benefícios Serpro II (PS-II) é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de contribuição definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios, e possui as provisões matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

2.Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro de 31/12/2017 utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

3.Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano PS-II em sua parcela de Benefício Definido, pautou-se no método do Prêmio Nivelado Coletivo, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e normas vigentes, que preconizam que nos planos estruturados na modalidade de Benefício Definido pelo regime de capitalização, o método mínimo de financiamento dos encargos atuariais necessários para garantir os benefícios do plano é o crédito unitário.

Até o fechamento do exercício de 2012, o método adotado para a avaliação do Plano de Benefícios Serpro II (PS-II), Benefício Definido, era o Agregado, originário da concepção do plano. Em novembro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio do Relatório de Fiscalização Nº 28/2013/ERRJ/Previc, determinou a alteração do método de financiamento para o método do Prêmio Nivelado.

Com relação à parcela de contribuição definida, a metodologia utilizada é a de capitalização individual, que é a metodologia aplicável aos planos dessa modalidade.

4. Provisões Matemáticas

Consignadas no balanço da entidade em 31/12/2017, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios Serpro II (PS-II) foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior:

CONTA	Dez-16	Dez-17
PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.656.879.843,87	2.751.969.394,28
Benefícios Concedidos	625.155.338,50	758.142.156,70
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	625.155.338,50	758.142.156,70
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	521.299.251,20	643.523.635,45
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	103.856.087,30	114.618.521,25
Benefícios a Conceder	2.031.724.505,37	1.993.827.237,58
Contribuição Definida	1.951.178.900,83	1.903.407.842,74
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	549.404.952,19	583.639.627,68
Saldo de Contas – Parcela Participantes	1.401.773.948,64	1.319.768.215,06
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	-	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-	-
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização não Programado	80.545.604,54	90.419.394,84
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	266.274.762,88	278.794.096,70
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-92.864.579,17	-94.187.350,93
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-92.864.579,17	-94.187.350,93

Os fundos previdenciais, constituídos para dar maior garantia ao plano, foram reavaliados em R\$ 189.273.904,75 em dezembro de 2017, estando assim discriminados:

Fundos	Dez-16	Dez-17
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Adesão	14.680.145,45	15.625.149,26
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Longevidade	149.737.344,32	155.688.124,96
Fundo de Compensação de Cotas Excedentes	14.858.852,49	17.960.630,53

Onde:

Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Adesão: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do ingresso de participantes com perfil etário/salarial discrepante daquele que serve de base para a elaboração do plano de custeio dos benefícios de risco do plano.

Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Longevidade: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do aumento da expectativa de vida relativamente à experiência de mortalidade adotada na avaliação do Plano de Benefícios.

Fundo de Compensação de Cotas Excedentes: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do Plano de Benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.

Comparativamente ao fechamento do exercício anterior, o impacto na provisão matemática de benefícios a conceder, referente à parcela de Benefício Definido, foi uma variação positiva de 12,26%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise.

Com relação à provisão matemática relativa à parcela de contribuição definida, observou-se uma redução de 2,45%. Tal variação decorre da variação da cota do plano, de 3,97%, conjugada com as contribuições realizadas para o plano e a movimentação de participantes, onde destaca-se a movimentação ocorrida com o programa de aposentadoria incentivada realizado pela patrocinadora em 2017.

A provisão matemática de benefícios concedidos apresentou no exercício um acréscimo de 21,27%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise, dos quais destaca-se a alteração da premissa de juros e a movimentação ocorrida em decorrência do programa de aposentadoria incentivada da patrocinadora.

5. Precificação do Ativo

O valor do ajuste de precificação, disposto na Resolução CNPC 16/2014, corresponde à diferença entre o valor dos Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Anteriormente à destinação do superávit, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

Ressalte-se que o ajuste está restrito aos Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio

seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Conforme disposto na Portaria Previc 29/2017, utilizando a planilha eletrônica divulgada pela Previc, a diferença entre o valor dos Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual de 5,58%a.a. e o valor contábil desses títulos para o plano PS-II, considerando os requisitos dispostos no art. 9º da Instrução Previc 19/2015, totaliza R\$ 16.900.170,34, conforme discriminado no quadro a seguir:

POSIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	322.428.004,15	339.328.174,49	16.900.170,34
NTN-C	-	-	-
TOTAL	322.428.004,15	339.328.174,49	16.900.170,34

Valores em R\$

6. Resultado do Exercício

6.1 Resultado antes do ajuste do ativo

O balanço patrimonial de 31/12/2017 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$ 3.068.329.820,34. É, portanto, superior às provisões matemáticas avaliadas em R\$ 2.751.969.394,28, conduzindo ao superávit técnico de R\$ 316.360.426,06. De acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC 26/2008 alterado pelo artigo 1º da Resolução CNPC 22/2015, o valor a ser constituído como reserva de contingência corresponde a 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da reserva de contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$.

Em dezembro de 2017 o PS-II apresentou uma duration do passivo de 12,57 anos, sendo contabilizados R\$ 191.520.342,18 na reserva de contingência, equivalentes ao limite de 22,57% das provisões matemáticas encontrado através da fórmula acima. O restante do superávit, no valor de R\$ 124.840.083,88 foi alocado na reserva especial.

O decremento observado no superávit do plano, em relação ao encerramento do exercício anterior, de R\$ 52.206.030,24, foi devido principalmente à alteração das premissas de juros e pelo fato da rentabilidade da cota ter sido inferior à meta atuarial do plano.

O plano PS-II possui superávit desde de 2010, quando foi feita a reversão do fundo de osci-

lação de risco, no valor de R\$ 106.938.664,57. Desde então, o superávit do plano aumentou, indicando que esse resultado superavitário era decorrente de aspectos não só conjunturais, mas também estruturais, e que o plano de custeio praticado estava superdimensionado para a massa de participantes. Com a implementação das alterações regulamentares do plano, em abril de 2013, o plano de custeio foi ajustado às necessidades de cobertura do Plano de Benefícios.

De acordo com o art. 20 § 2º da LC 109/2001 e Resolução CGPC 26/2008, que dispõe sobre a apuração, destinação e utilização de superávit, a revisão do Plano de Benefícios é obrigatória após o decurso de três exercícios consecutivos, a partir da constituição da reserva especial, devendo ser integralmente destinado o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios.

Sendo assim, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo no encerramento do exercício de 2013, a distribuição do superávit no valor de R\$ 39.172.232,57, equivalente à reserva especial contabilizada em 2010, sendo realizada a constituição de fundo de revisão de plano. Em dezembro de 2014, com a continuidade de resultado superavitário com constituição de reserva especial foi realizada nova reversão da reserva especial para o fundo de revisão de plano no valor de R\$ 51.571.911,80. Durante o exercício de 2015 o fundo de revisão de plano foi consumido em sua totalidade para recomposição da reserva de contingência. Como o plano encerrou o exercício de 2014 sem reserva especial, só há obrigatoriedade de revisão do plano após o decurso de três exercícios consecutivos, a partir da constituição da reserva especial, ou seja, a partir de 2015, sendo 2017 o terceiro ano consecutivo com constituição de reserva especial. Assim, até o encerramento do exercício de 2018 deverá ser constituído fundo de revisão de plano no valor remanescente comum de reserva especial dos anos de 2015, 2016 e 2017.

A rentabilidade no exercício de 2017, medida pelo sistema de cotas da entidade, foi de 0,77% relativamente à parcela atribuível aos benefícios de risco e 3,97% no que se refere aos saldos de conta de participantes, enquanto a meta atuarial foi de 7,89%, composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 5,83% a.a.

6.2 Resultado após o ajuste do ativo

Conforme art. 10 da Instrução Previc 19/2015, para fins de destinação de superávit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado, se negativo, constante das informações complementares do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.

De acordo com o anexo à Resolução CNPC 16/2014, o valor ajustado do PS-II referente à parcela de Benefício Definido está discriminado no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	Dez-16	Dez-17
Apuração do equilíbrio técnico ajustado		
a) Resultado realizado	368.566.456,29	316.360.426,06
a.1) Superávit Técnico Acumulado	368.566.456,29	316.360.426,06
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-	-
b) Ajuste de Precificação	17.603.825,52	16.900.170,34
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	368.566.456,29	316.360.426,06

Valores em R\$

Tendo em vista o ajuste de precificação no PS-II ser positivo, este não impactará no resultado do plano.

Destaca-se que para a definição da marcação dos títulos entre as categorias mercado e vencimento foi considerada a capacidade financeira do plano através do estudo de ALM (do inglês *Assets Liability Management*) que tem como objetivo identificar a alocação de ativos que apresenta melhor resultado através da mitigação dos riscos de liquidez e solvência dos planos. No estudo de liquidez para geração de recursos financeiros para honrar as obrigações previdenciárias com os pagamentos dos benefícios, são considerados como ativos, que atendem diretamente ao fluxo de caixa do passivo, investimentos com liquidez e vencimento programado como a Renda Fixa, Títulos Públicos e Privados. São desconsiderados, para atendimento ao fluxo de caixa do passivo, os ativos provisionados como perda e os com baixo nível de liquidez, o qual incluem: fundo em investimentos em participações, ativos imobiliários e os outros realizáveis.

7. Custeio Administrativo

Procedemos à avaliação atuarial adotando as fontes e o critério de custeio administrativo aprovados pelo conselho deliberativo do Serpros em reunião realizada em dez/2017, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, para vigência a partir de 01/01/2018. Mediante avaliação específica realizada indicou-se a viabilidade da utilização conjugada de recursos do Fundo Administrativo constituído e sua rentabilidade, carregamento administrativo de 2,20% a.m., que incidirá sobre as contribuições vertidas aos planos, receita da administração de empréstimos e resultados dos investimentos.

A taxa de carregamento administrativo foi reduzida de 3,75% a.m. para 2,20% a.m. A redução na taxa tem impacto positivo no resultado do plano de R\$ 3.183.111,80, pois a redução do montante das contribuições destinado ao custeio administrativo implica no aumento das contribuições previdenciárias e consequente redução da provisão matemática.

Ressalte-se que os participantes em benefício proporcional diferido não optantes por contribuição espontânea mensal terão a contribuição administrativa diferida para a fase de gozo de benefício, conforme preconiza o art. 35 do regulamento do plano.

8. Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa um dos principais riscos na mensuração dos resultados dos Planos de Benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos.

Para tanto, o Serpros realiza estudo técnico de acordo com a legislação vigente e acompanhamento anual das premissas atuariais visando identificar as premissas mais aderentes a cada plano.

As premissas utilizadas na avaliação, para a vigência a partir de 1/1/2018, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº18/2006.

Na tabela a seguir estão dispostas as premissas aprovadas comparativamente ao exercício anterior:

Premissa	2016/2017	2017/2018
Taxa de Inflação	5,00% a.a.	4,5% a.a.
Taxa de Juros	5,83% a.a.	5,58% a.a.
Crescimento Salarial	3,61%a.a.	3,61%a.a.
Desligamento	1% até 47 anos e 0% após.	1% até 47 anos e 0% após.
Mortalidade Geral	AT-2000 Suavizada, segregada por sexo	AT-2000 Suavizada, segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Grupal Americana	Grupal Americana
Morbidez	Experiência Stea Suavizada	Experiência Stea Suavizada
Herdeiros	Experiência Serpro	Experiência Serpro

Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, respeitando os limites legais vigentes, as premissas concernentes a inflação e taxa de juros foram redimensionadas.

Para a determinação do fator de capacidade, toma-se por base estudo realizado pela área de investimento do Serpros, que apontou uma perspectiva de inflação média no longo prazo de 4,5% a.a. O impacto desta alteração foi o aumento do passivo do plano em R\$ 2.265.868,29.

Para definição da taxa real de juros a ser adotada no exercício de 2018 e demonstração de aderência e adequação, foi realizado pela consultoria I9Advisory, em conformidade com as Resoluções CNPC 15 e 16, de 2014, e Instrução Previc 23/2015, estudo técnico que indicou a taxa de retorno do plano igual a 5,58% a.a., já considerando a adoção dos resultados dos investimentos como fonte de custeio para as despesas administrativas. Desta forma, foi aprovada a adoção da taxa de juros de 5,58% a.a. para o PS-II. O impacto desta alteração foi o aumento do passivo do plano em R\$ 28.488.306,29.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alteração.

9. Custos do Plano

A metodologia adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente à última avaliação, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos e patrocinadores em relação ao valor atual da folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

Custo global dos benefícios	Dez-16	Dez-17
	2,904%	2,963%
Contribuições	Dez-16	Dez-17
Normais Patrocinadores		
Benefícios Programados (1)	6,892%	6,996%
Benefícios de Risco (2)	1,452%	1,482%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Normais Participantes Ativos	-	-
Benefícios Programados (1)	6,892%	6,996%
Benefícios de Risco (2)	1,452%	1,482%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Participantes Assistidos	0,380%	0,380%
Normal	0,380%	0,380%
Extraordinária	-	-

(1) Em relação à folha salarial

(2) Em relação ao valor presente da folha

O custo global dos benefícios de risco passou de 2,904% em 12/2016 para 2,963% em 12/2017, sendo a variação decorrente da movimentação de participantes.

Os benefícios programados são calculados em função dos saldos de conta dos participantes. As contribuições referentes a esses benefícios são calculadas com base na média das contribuições realizadas no exercício, destinadas à formação dos saldos de conta, que são as contribuições normais dos participantes (parcela básica de 1% sobre o salário de participação mais um percentual variável, limitado a 15%, sobre o excesso do salário de contribuição em relação a 8 vezes o Valor de Referência Serpro II).

As contribuições relativas aos benefícios de risco são determinadas a partir da aplicação do plano de custeio vigente (percentuais variáveis de acordo com a idade de adesão ao plano) sobre os salários de contribuição.

As contribuições dos assistidos equivalem a 0,38% dos benefícios e não há paridade patronal.

A variação dos percentuais de contribuição verificada no quadro anterior deve-se à movimentação na massa de participantes e variações salariais.

10. Conclusão

O custo do plano de benefícios no que se refere à contribuição definida, não deverá variar por causas exógenas, mas tão somente em função da Contribuição Variável escolhida pelo participante, observados os limites estabelecidos no regulamento do plano.

A legislação que trata sobre a definição da taxa de juros, dispõe sobre limites mínimos e máximos para a meta atuarial, sendo que pelo critério vigente esses limites poderão variar anualmente em função da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média. Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Variável, alterações na premissa de juros impactam além do montante do passivo referente a parcela Benefício Definido, os valores das futuras aposentadorias programadas.

Verifica-se que ocorreu uma redução significativa do superávit do plano em 2017 devido principalmente à redução da taxa de juros em dez/17 e da rentabilidade da cota ter sido inferior à meta atuarial do plano.

Apesar do resultado superavitário de 2017, com constituição de reserva especial, só haverá obrigatoriedade de revisão do plano para destinação de superávit, após o decurso de três exercícios consecutivos, a partir da constituição da reserva especial, ou seja, a partir de 2015, sendo o exercício de 2017 o terceiro ano consecutivo com constituição de reserva especial, o que significa que até o encerramento do exercício de 2018 deverá ser constituído fundo de revisão de plano considerando o valor remanescente comum de reserva especial dos anos de 2015, 2016 e 2017.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2018.

Paula Martignoni
ATUÁRIA – MIBA No 1071

Arthur de Araujo Godinho Luzia
ATUÁRIA – MIBA No 2353

6. HIPÓTESES ATUARIAIS

Plano de Benefícios PS-I e PS-II e seus Fundamentos

Para definir o montante das obrigações de um Plano de Benefícios e o custo para suportá-las, o atuário, profissional versado em cálculos matemáticos e estatísticos, adota as chamadas hipóteses ou premissas atuariais.

Por meio dessas premissas, é possível calcular e determinar os recursos necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano de previdência. Os cálculos atuariais têm relação direta com o custo do Plano de Benefícios e com o seu equilíbrio. Eles devem estar em harmonia com a massa de participantes e assistidos dos planos e com a política de recursos humanos da patrocinadora, aliada ainda às variáveis econômico-financeiras.

Para tanto, o Serpros realiza estudo técnico de acordo com a legislação vigente e acompanhamento anual das premissas visando identificar as premissas mais aderentes a cada plano.

A seguir estão as principais premissas atuariais, com vigência a partir da avaliação atuarial de 31/12/ 2017.

Taxa de Inflação: 4,5% ao ano

A utilização da taxa de inflação tem como objetivo avaliar o valor real dos salários e dos benefícios ao longo de um ano, já que os reajustes não ocorrem mensalmente. É utilizada, portanto, uma taxa média que representa o valor real do poder de compra.

Taxa Real de Juro:

PS-I: 5,67% ao ano

PS-II: 5,58% ao ano

A taxa real de juros estabelece o nível esperado de rendimento real do patrimônio do plano. Assim, determina o desconto para apurar o valor atual dos compromissos do Plano de Benefícios.

Mortalidade Geral:

PS-I: Tábua AT-2000, segregada por sexo

PS-II: Tábua AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%

Através de uma tábua, a premissa de Mortalidade Geral estima a sobrevivência dos participantes ativos, assistidos e dos beneficiários e serve para calcular o valor atual dos encargos com o pagamento de aposentadorias, pensões e pecúlios por morte, exceto de inválidos. É também utilizada como parâmetro na conversão de saldos de conta de participante em renda de aposentadoria.

Mortalidade de Inválidos: Tábua AT-49, segregada por sexo

A premissa de Mortalidade de Inválidos estima a sobrevivência dos participantes inválidos, estruturada numa população de pessoas inválidas e serve para calcular o valor atual de encargos com o pagamento de aposentadorias, pensões e pecúlios por morte de inválidos.

Entrada em Invalidez: Tábua Grupal Americana

A premissa de Entrada em Invalidez determina a probabilidade de uma pessoa ativa se invalidar de acordo com determinada experiência. Com isso, é estabelecido o compromisso com esse benefício.

Morbidez: tábua unissex desenvolvida pela STEA (Serviços Técnicos de Estatística e Atuária) suavizada em 15%

A premissa de Morbidez orienta o cálculo do compromisso da entidade com o pagamento de auxílio-doença aos participantes do plano.

Composição do Grupo Familiar – Experiência Serpro

É determinante para o cálculo das provisões matemáticas relativas aos Planos de Benefícios que prevejam o pagamento de pensão aos dependentes regularmente inscritos pelo participante.

Crescimento Real dos Salários:

PS-I: 0% ao ano

PS-II: 3,61% ao ano

A premissa de Crescimento Real dos Salários representa a taxa real estimada (descontado o efeito inflacionário) com que os salários crescerão anualmente, em média, durante a fase de acumulação dos recursos no plano.

Taxa de Desligamento: 1% a.a. (até 47 anos) e 0% (idades superiores a 47 anos)

A premissa de Desligamento tem como objetivo mensurar o encargo com o pagamento de resgate de contribuições ou portabilidade para outros planos, bem como estabelecer o nível dos encargos com os participantes que usufruirão os benefícios oferecidos, considerando a probabilidade de seu desligamento do plano.



SERPROS

www.serpros.com.br
Rua Fernandes Guimarães, 35
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22290-000